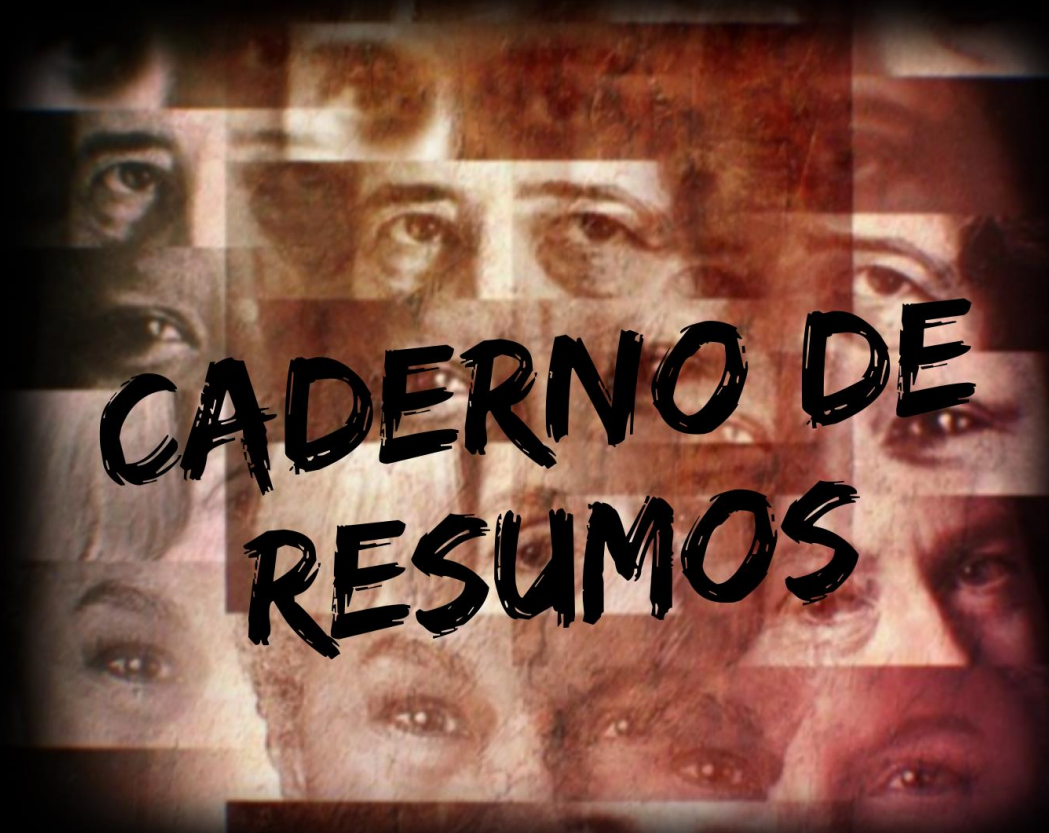




XI CICLO HANNAH ARENDT



**CADERNO DE
RESUMOS**

**A VISIBILIDADE DAS MULHERES NA
FILOSOFIA.**

22 A 24 DE SETEMBRO 2021

MARIA CRISTINA MÜLLER
ANA CAROLINA TURQUINO TURATTO
IVANA NOBRE BERTOLAZO
ANGÉLICA GODINHO DA COSTA
(organizadoras)

CADERNO DE RESUMOS

A VISIBILIDADE DAS MULHERES NA FILOSOFIA

XI CICLO HANNAH ARENDT

Arte da Capa Karen Caetano
Capa Aline Maria Araújo Ribeiro

Editoração e Revisão Angélica Godinho da Costa e Ivana Nobre Bertolazo

Londrina – PR

2021

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina
Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

C568v Ciclo Hannah Arendt (11. : 2021 : Londrina, PR)
 A visibilidade da mulher na filosofia: [livro eletrônico]
 cadernos de resumos do XI Ciclo Hannah Arendt / Maria
 Cristina Müller ... [et al.] (Organizadoras). – Londrina : UEL,
 2021.
 1 Livro digital.

Vários autores.
Inclui bibliografia.
Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cicloarendt>
ISBN 978-65-00-31107-5

1. Arendt, Hannah, 1906-1975 – Crítica e interpretação
2. Mulher na filosofia – Congressos. 3. Filosofia
contemporânea – Congressos. I. Müller, Maria Cristina.
II. Ciclo Hannah Arendt (11. : 2021 : Londrina, PR).
Universidade Estadual de Londrina. IV. Título.

CDU 1(091)

Presidente da Comissão Organizadora

Prof^a Dr^a Maria Cristina Müller

Comissão Científica

Dr^a Maria Cristina Müller (UEL)

Dr^a Kathlen Luana de Oliveira (IFRS)

Dr^a Adrina Delbó (UFG)

Dr^a Christiani Margareth de Menezes e Silva (UEL)

Dr^a Silvia Araújo Dettmer (UFMS-CPTL)

Ms^a Ana Carolina Turquino Turatto (UEL e Univale)

Ms^a Mirelle Neme Buzalaf (UEL)

Ms^a Ivana Nobre Bertolazo (UEL)

Ms^a Aline Monteiro de Souza (UEL)

Mais informações

www.uel.br/eventos/cicloarendt/

www.estudoshannaharendt.com.br

Redes sociais



@ciclohannaharendt



@ciclohannaharendt

SUMÁRIO

COMUNICAÇÕES ORAIS

Aline Maria Araújo Ribeiro	6
Ana Carolina Batista Estevão.....	7
Ana Carolina Romero.....	8
Ana Claudia Barbosa Nunes	9
Ana Paula Lopes	10
Ana Paula Silva Pereira	11
André Luis de Souza Alvarenga	12
Andrea Cachel e Christiani Margareth de Menezes e Silva.....	13
Benjamim Brum Neto	14
Betânia de Assis Reis Matta e Patrícia Torme de Oliveira	15
Carlos Meister Arenhart e Joamara de Oliveira Pimentel.....	16
Cristiane Roberta Xavier Candido	17
Daiana dos Santos Silva	18
Diane Brunoro Lyra	19
Fábio Alves Silveira e Amanda Gaion Pedro.....	20
Fabricia Garla Pismel.....	21
Flávia Regina Schimanski dos Santos e Marta Regina Furlan de Oliveira	22
Franceila Auer e Vania Carvalho de Araújo	24
Francineide Marques da Conceição Santos	25
Gabriela de Freitas	26
Gabriela dos Passos Lozinski	27
Giovane Rodrigues Jardim	28
Gisele Rose da Silva	29
Guilherme Fonseca de Oliveira	30
Helen Cristine de Oliveira.....	31
Isabela Alves Lacerda	32
Janice Amaral	33
João Marcos Camargo Nalli	34
João Vicente Hadich Ferreira	35
Jorge Quintas	36
Lara Emanuele da Luz e Eduardo Morelli	37
Lara Rocha	38
Larissa Franco de Mello Aquino Pinheiro	39
Larissa Gomes Magrani	40

Maria Cecília Pedreira de Almeida	41
Maria de Jesus dos Santos	42
Mariana da Silva Pereira	43
Martha Dias da Cruz Leite	43
Maryune Zenti	45
Mayara Cristina Ducatti e Ana Cláudia Duarte Pinheiro	46
Miguel Venâncio Dias Cogo e Vanessa Furtado Fontana.....	47
Mirella Fernanda Nascimento	48
Natália Tavares Campos.....	49
Nathália Siqueira Marangoni	50
Oswaldo José da Silva.....	52
Robério Honorato dos Santos.....	53
Robson José Valentino Cruz	54
Romildo Gomes Pinheiro	55
Rosângela Almeida Chaves.....	56
Simone Dalla Barba Walckoff	57
Valéria Garcia Oliani	58
Victor Frohlich	59

QUANDO O ISOLAMENTO SE TRANSFORMA EM SOLIDÃO?

Aline Maria Araújo Ribeiro

Graduada em Filosofia pela UEL

aline.ribeirofilosofia@uel.br

Resumo: Hannah Arendt diferencia isolamento de solidão em *Origens do Totalitarismo* (2012) e retoma esse tema em algumas outras obras. Por este motivo, busca-se compreender a solidão como perda do Eu e a possibilidade de reconstrução desse Eu por meio do diálogo consigo mesmo. Segundo a autora, o isolamento se fundamenta na impotência, que pode ser resumida na incapacidade de agir em conjunto, destruindo assim a esfera pública, que é o lugar entre os homens, onde os indivíduos podem agir e aparecer, estabelecendo seu lugar no mundo. Outra forma de pensar o isolamento, segundo a autora, é pensá-lo por meio do afastamento de um indivíduo dos demais para trazer algo de novo no mundo, isso acontece por meio do trabalho enquanto criação de uma obra. Por outro lado, quando tudo o que resta é trabalho, o isolamento se torna insuportável, é nesse momento que o *Homo Faber* é reduzido a *Animals Laborans*, assim o isolamento destrói as relações com o mundo e tudo o que resta é o esforço para sobrevivência. O isolamento se torna solidão quando não há mais Eu, não existe mais um diálogo interno e o ser perde sua identidade, perde-se de si. A solidão é a sensação de abandono total, neste momento todas as esferas (pública e privada) e os contatos humanos são destruídos, perde-se a sensação de pertencimento ao mundo. A capacidade de pensar e de sentir são fortemente prejudicadas e a solidão instaura uma contradição em relação à condição humana. O ser humano precisa do mundo e desse contato com os demais, que é destruído pela solidão, paradoxalmente esse contato é essencial para se fundamentar uma referência segura com o mundo, por meio daqueles que atestam a existência do Eu e que afirmam a singularidade de um em meio aos demais. Assim se constrói uma referência segura que pode ser acessada entre iguais enquanto seres humanos pertencentes ao mundo, em sua diferença, ou seja, por meio da capacidade de compreender a distinção entre indivíduos plurais e ao mesmo tempo únicos. Quando se perde de seu Eu, toda referência segura de mundo real se perde simultaneamente e o que sobra é o raciocínio lógico. A experiência da morte, por outro lado, que é a única certeza que pode ser concedida ao ser humano, também abandona o ser para a solidão. Essa perda do seu próprio Eu frente ao mundo que permanecerá após sua partida, e, a impossibilidade de continuar sendo e agindo sobre o mundo, faz parte da experiência humana, ao passo que também a confronta. A solidão é ao mesmo tempo contrária a condição humana e comum a todos os seres mortais que podem pensar sobre sua própria morte. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que prioriza a discussão sobre solidão levantada pela filósofa Hannah Arendt e a diferencia do isolamento, buscando construir uma linha tênue entre solidão como perda do eu e pensamento, enquanto diálogo consigo mesmo.

Palavras-chave: Solidão; Isolamento; Estar a sós; Pensamento; Política.

O APAGAMENTO HISTÓRICO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL FILOSÓFICA DA MULHER

Ana Carolina Batista Estevão

Graduanda de Ciências Sociais pela UEL

ana.carolina.estevao@uel.br

Resumo: A história da sociedade foi contada e escrita majoritariamente por homens até o século XX. Algumas mulheres filósofas e pensadoras dedicaram seus estudos para entender esse apagamento, como Simone de Beauvoir com os dois volumes do Segundo Sexo e a historiadora feminista Gerda Lerner com seu livro a Origem do Patriarcado. Aproximadamente há 3.500 anos as mulheres foram destituídas de contar sua própria história, sendo assim, a história da metade da humanidade. O apagamento das reflexões femininas perante a filosofia, sociologia, história e as ciências em geral foram tratadas de forma secundária, como se somente o homem fosse o verdadeiro humano capaz de produzir e reproduzir a sociedade. As perguntas e as respostas para essa realidade feminina são inúmeras por causa da complexidade da vida concreta das mulheres que esbarra na questão material de classe, sexo e raça e entrelaçada a isso a colonização do corpo e da mente feminina na vida privada e pública. Para podermos iniciar a discussão da invisibilidade das mulheres na filosofia temos que fazer perguntas concretas sobre a realidade feminina como um todo. Onde estiveram as mulheres desde o início da civilização e seu local dentro das instituições privadas e públicas, como a instituição casamento privou e aprisionou as mulheres, qual papel fundamental que a mulher cumpre hoje na filosofia e porque a limitação de adentrar esses espaços majoritariamente composta por homens, como podemos alavancar a consciência feminina sobre sua existência e seu poder de criar, inventar e reinventar dentro da intelectualidade. O papel do feminismo para resgatar essa visibilidade é primordial, porque foram elas que desenvolveram questões como o sexo é um fator que mede o acesso da mulher não somente na filosofia mas em todas as atividades na qual homens são os detentores de tal poder, além de apontar saídas para essa opressão e assim podermos viver em uma sociedade onde homens e mulheres possam desfrutar de toda criação humana sendo ela intelectual ou manual. O presente projeto busca responder e/ou estimular perguntas que apontem saídas para tal realidade e provocar a atuação dos cursos de filosofia e Ciências Sociais para esse agravamento de invisibilidade teórica feminina.

Palavras-chave: Mulher; Filosofia; História; Feminismo; Propriedade privada.

BANALIDADE DO MAL E A EXTINÇÃO DA PLURALIDADE HUMANA NA HIPÓTESE DE LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA

Ana Carolina Romero

Mestre pela UEL

carolanaromero@gmail.com

Resumo: Em 1976, Ângela Diniz é assassinada por seu então namorado da época, Doca Street. Na época, a defesa do acusado faz uso de uma argumentação que já havia sido bastante comum em contextos jurídicos, embora não constituísse lei – a da legítima defesa da honra. Ângela Diniz era uma mulher livre e, segundo seus conhecidos da época, muito provocante, conduta que teria desencadeado em Doca uma reação extrema. A legítima defesa da honra costumava ser útil em especial para casos em que o marido assassinava a esposa infiel. Se o ato fosse então pego em flagrante, a aplicabilidade da legítima defesa da honra se tornava mais garantida. Ângela Diniz, diferente disso, apenas manifestou a decisão de que o relacionamento entre Doca Street e ela chegasse ao fim. O homicídio perpetrado por Doca Street é, portanto, um impedimento à liberdade de Ângela Diniz no que diz respeito à liberdade de condução da própria vida. A hipótese de que agora se lança mão é a de pensar o assassinato de Ângela Diniz, representante de tantos outros feminicídios, como uma espécie de destruição paulatina da condição humana da pluralidade. O mal, um dos principais temas de investigação de Hannah Arendt, assumiria sempre um aspecto demoníaco, em geral contrastante em relação ao que seria um destino comum? Ou, ao contrário disso, poderia ser percebido enquanto banal, no sentido de ser levado à cabo por sujeitos comuns, que jamais sequer se pretenderam enquanto maus, e, portanto, personificado na cotidianidade? É possível que a ideia de uma “legítima defesa da honra” seja pensada como a manifestação da cotidianidade do mal argumentada por Arendt? De que modo passamos a admitir o mal, a justificá-lo, a ceder lugar a ele no cotidiano, resultando em que ele não mais aparente apresentar um aspecto de monstruosidade, mas apenas daquilo que é o que é. Em “Eichmann em Jerusalém”, Hannah Arendt conclui que o acusado Eichmann age contra a pluralidade humana, tendo em vista extingui-la. O que fazem os homens que assassinam suas companheiras não tem o mesmo princípio? Não estão, também eles, reprimindo, e não apenas, mas extinguindo a pluralidade da ação humana? Da liberdade, espaço de privilégio da ação? Não se colocariam eles, de certo modo, também enquanto inimigos do gênero humano? O que a hipótese de uma legítima defesa da honra aparentava fazer é justamente negar o reconhecimento de que se agiu mal, fazendo com que o ato se torne um dado comum e, por conseguinte, palatável. Em realidade, ela foi articulada enquanto um excesso de uma ação que, em geral, se consideraria boa – a de uma defesa legítima.

Palavras-chave: Feminicídio; Pluralidade; Banalidade; Mal.

A FACULDADE DE LINGUAGEM VERSADA NA OBRA “A VIDA DO ESPÍRITO” DE HANNAH ARENDT

Ana Claudia Barbosa Nunes

Graduada em Filosofia pela UNIOESTE

anabarbosa_ab@hotmail.com

Resumo: Este trabalho analisa brevemente a faculdade de linguagem versada na obra “A vida do espírito” de Hannah Arendt. Utilizar-me-ei da obra “A vida do espírito” de Hannah Arendt, na qual a filósofa trabalha com as atividades do espírito: *pensar, querer e julgar* e durante a/com as atividades na ação não-verbal ou verbal acontece/ aparece à faculdade de linguagem. O homem é um ser que aparece no mundo, sendo seres do mundo, mundo esse das aparências. Para a filósofa existe apenas um mundo, e é nesse mundo que habitam os homens. Ao mesmo tempo que o homem é ser, também é aparecer, os homens são aparências. O homem utiliza da linguagem para comunicar-se consigo e com os outros, e para aparecer aos outros. O espírito do homem exige a linguagem. Através da linguagem não-verbal é que acontece a atividade espiritual, como, por exemplo, o pensamento que utiliza da linguagem para dialogar consigo mesmo, para significar os fenômenos mundanos, e para comunicar-se com os demais seres; do mesmo modo é que a vontade expressa seu querer ou não-querer no mundo aparente; assim como no julgar que a linguagem está presente no dialógico em vista do pensamento alargado, do colocar-se no lugar do outro, com os pontos de vistas nas possibilidades, que abrange todos, e posteriormente durante a comunicabilidade, em que a linguagem verbal permite que o julgar apareça, na mesma medida que apresenta a pluralidade o seu juízo. A linguagem é a faculdade que possibilita o homem comunicar-se consigo mesmo ou com outros iguais. Por meio da linguagem é que ocorre a aproximação e “aparição” das atividades espirituais no mundo. A linguagem é o único meio para manifestar as atividades do espírito. O presente artigo pretende elucidar os conceitos de faculdade de linguagem, comunicabilidade e pincelar a respeito das atividades do espírito, além de claro destacar a notoriedade da filósofa em nossa atualidade e de como deveria ocupar mais os espaços da filosofia brasileira e internacional.

Palavras-chave: Linguagem; Comunicabilidade, Pensar; Querer; Julgar.

O TRABALHO INTELECTUAL DAS MULHERES EM JOGO

Ana Paula Lopes

Mestranda pela UnB.

ana.buckethead@gmail.com

Resumo: A utilização dos jogos como recursos didáticos para o contexto da sala de aula é uma forma dinâmica, divertida e inovadora de fornecer materiais para que professoras e professores possam promover a apresentação da vasta quantidade de produção intelectual elaborada pelas mulheres ao longo da história. Esta pesquisa busca dar visibilidade ao trabalho intelectual das mulheres que foram silenciadas no percurso histórico do pensamento, sobretudo na filosofia, ao mesmo tempo elabora-se outra forma de ensinar filosofia e trabalhar com conceitos filosóficos, qual seja, por meio do uso dos jogos analógicos como recursos didáticos. Neste trabalho se apresenta a elaboração e construção de um jogo sobre a Cidade das Damas de Christine de Pizan. A obra *Cidade das Damas* é publicada em 1405, questionando a condição social imposta às mulheres e as injúrias cometidas contra elas naquele período, sua autora é considerada a primeira mulher do mundo ocidental que se tem notícias a viver do ofício de escritora. Com o referido jogo é possível oferecer outra forma de acessar o trabalho de Pizan, contribuindo para a divulgação de seus escritos, tornando-os acessíveis para um público mais vasto e demonstrando como discussões feitas no período medieval pelas mulheres, ainda são demandas nos dias de hoje. O jogo é elaborado a partir do percurso feito por Christine de Pizan na Cidade das Damas, e por vezes amplia seu conteúdo para apresentar intelectuais de outros períodos históricos. A construção do jogo é pensada como forma de despertar um maior interesse dos estudantes em sala de aula e fazer pensar em outras formas e métodos para o processo de ensino e aprendizagem, assim como democratizar o acesso ao trabalho intelectual das mulheres em diversos âmbitos do saber e das artes. A metodologia aplicada neste trabalho reúne a pesquisa bibliográfica e a produção de materiais didáticos.

Palavras-chave: Mulheres; Filosofia; Ensino; Jogo.

DESOBEDIÊNCIA CIVIL:
A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT

Ana Paula Silva Pereira
Mestre pela UFRGS
paulinhapereira2589@hotmail.com

Resumo: No início do seu texto sobre Desobediência Civil, Hannah Arendt faz referência ao Simpósio da Associação do Foro da Cidade de Nova Iorque (1970), que celebrou o seu centenário com a seguinte questão: “A lei estará morta?”. Arendt percebe que a escolha do tema é apresentada como um certo grito de desespero. Ao qual ela diz não saber se é atribuído ao aumento da criminalidade nas ruas ou a percepção de que as tiranias modernas haviam minado toda a fé sincera na importância a fidelidade e obediência das leis, ainda destacando o que chamou de “ampla evidência de que campanhas habilmente organizadas de desobediência civil podem ser muito eficazes na obtenção de mudanças desejadas na lei”. É preciso salientar que Hannah Arendt escreve seu texto sobre a Desobediência Civil fazendo uma análise exclusivamente do contexto norte-americano no qual ela estava inserida naquele momento. A própria autora afasta a possibilidade de análise de fenômenos importantes para o conceito de desobediência civil como o famigerado maio de 1968 na França, organizado por movimentos estudantis e que visava inicialmente reformas educacionais e que acabou ganhando uma forte adesão por parte dos trabalhadores franceses que iniciaram uma onda de greves, que abalou o governo do presidente Charles De Gaulle. Diferente de Arendt, nesse texto nós não iremos nos deter no contexto dos Estados Unidos da década de 1960, mas sim utilizar o texto arendtiano para analisar o atual contexto político do Brasil e demonstrar o porquê a desobediência civil é o artifício político mais democrático que nós possuímos enquanto povo. E que diferente do que pensa o senso comum, a desobediência civil não serve apenas para que o povo se insurja contra regimes políticos tirânicos, antes disso ela é o que a autora italiana Donatella Di Cesare chama de “o sal da democracia”.

Palavras-chave: Desobediência Civil; Hannah Arendt; Democracia.

FILOSOFIA, IDEOLOGIA E MEMÓRIA SOCIAL NO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT

André Luis de Souza Alvarenga

Doutorando em Memória Social

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

prof.andre1305@gmail.com

RESUMO: Tendo por premissa a ideia de que toda a história é, em última instância, o desenvolvimento material dos indivíduos no intercurso de suas relações sociais, das quais a memória social funciona como parte substantiva da ideologia na representação da história, esta tese investiga a função social da ideologia de Hannah Arendt, que se vincula ao modo como a pensadora concebe a memória social. Enquanto categoria genuinamente histórica, a memória social encontra uma lacuna analítica que pode ser preenchida com uma análise proveniente da teoria crítica marxista. Doravante, esta tese pôde identificar que um dos alvos proeminentes do pensamento de Arendt é a filosofia marxiana, e isso se deve ao fato de que a pensadora procura ressignificar a memória social partindo de uma adulteração do pensamento de Marx. Por meio de um suposto exame genealógico do pensamento político ocidental, no qual a filosofia marxiana se inclui, Arendt chega ao entendimento de que o designado totalitarismo – conceito depreciativo que, nas suas obras, corresponde às práticas políticas do nazismo e do stalinismo – é a exata ruptura com o Estado nacional. É desse modo que Arendt busca sustentar, tautologicamente, um vínculo causal entre a filosofia marxiana e o totalitarismo. A exposição de Arendt a respeito da obra de Marx é uma virtual distorção ad hoc da obra de Marx, e se coaduna ao seu construto filosófico geral. Em razão disso, o fio condutor desta tese é a exposição do caminho que Arendt percorre para atingir a filosofia marxiana. Nesta tese o pensamento de Arendt é analisado em sua consistência autossignificativa, justamente em meio ao processo histórico-imanente que lhe dá relevância enquanto ideologia. De modo que essa tese caminha em sentido contrário às teses mais circunscritas que usualmente podem ser observadas sobre Arendt, cujo conteúdo apologético não permite divisar a função social da sua ideologia, nem mesmo a consonância desta com a categoria da memória social.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Filosofia; Ideologia; Memória Social.

**A LEITURA DE MARTHA NUSSBAUM SOBRE ANTÍGONA:
EMOÇÕES POLÍTICAS, VOZ FEMININA E A NATUREZA DO SABER PRÁTICO**

Dra. Andrea Cachel
Departamento de Filosofia da UEL
andreamachel@gmail.com

Dra. Christiani Margareth de Menezes e Silva
Departamento de Filosofia da UEL
christiani@uel.br

Resumo: Escrita por Sófocles no século V a.C, a peça *Antígona* está presente na análise de diversos filósofos e filósofas, propondo reflexões que ainda são pertinentes para o mundo contemporâneo. Além da problemática da oposição entre lei natural e lei positiva, fomenta indagações acerca dos papéis femininos materializados pela protagonista e por sua irmã Ismênia. Martha Nussbaum é uma das autoras que se dedicou a essa obra de Sófocles, tendo, no seu *A Fragilidade da Bondade*, destacado o aspecto catártico das emoções, especialmente via teoria aristotélica, e como estas possibilitam a compreensão do que esteve oculto nas escolhas, ações e omissões dos personagens. Nossa comunicação pretende esboçar e avaliar alguns elementos da exposição dessa autora, tais como a parcialidade que ela atribui à racionalidade prática de Antígona (a qual, portanto, não se sobressairia face ao sistema moral do seu opositor) e, ao mesmo tempo, a defesa de Nussbaum da superioridade ética de Antígona face a Creonte. O intuito é, a partir da síntese e análise dessa posição, discutir a própria essência da teoria ética da filósofa estadunidense, especialmente no que se refere ao papel que ela atribui às emoções políticas ou cívicas na formação do juízo moral e na construção de sociedades democráticas. De acordo com Nussbaum, também no livro *A Fragilidade da Bondade*, na teoria das emoções de Aristóteles percebemos a influência da reflexão dos tragediógrafos sobre as afecções, as decisões e os destinos dos personagens, já que, por um lado a emoção pode distorcer os juízos, mas pode nos pôr em contato com nossos valores e visões de mundo, que mesmo tardias, implicam esclarecimento, como aconteceria com o personagem Creonte diante da perda do seu filho. Portanto, nosso debate envolverá também uma investigação acerca do modo como essa pensadora compreende a função das tragédias na formação do homem grego, a natureza da filosofia de Aristóteles, e, sobretudo, a relação entre a teoria aristotélica e a sabedoria trágica. De algum modo, ademais, um tema que perpassará todos os elementos da nossa apresentação é o questionamento acerca do impacto da presença das mulheres na formulação de uma moralidade que inclua os sentimentos, bem como das possíveis transformações das formas de se elaborar teorias sobre o tema quando as mulheres são também protagonistas do fazer filosófico.

Palavras-chave: Antígona; tragédia; emoções; juízo moral.

HANNAH ARENDT, SIMONE WEIL E O IMPOLÍTICO

Dr. Benjamim Brum Neto

Doutor pela UFPR

benjamim.brum@gmail.com

Resumo: Em duas de suas obras que precedem a discussão sobre a comunidade e sobre a biopolítica, temas que farão de Roberto Esposito um autor incontornável para o pensamento político contemporâneo, o filósofo italiano aborda em *Categorias do impolítico* e em *Origem da política: Hannah Arendt e Simone Weil* os escritos das duas filósofas que integram o título da nossa fala como pensadoras do impolítico. Nosso objetivo será mostrar (i) em que consiste o impolítico de que trata Esposito; (ii) em que medida Arendt e Weil contribuem para o pensamento do impolítico; (iii) enfim, suas limitações enquanto pensadoras do impolítico. Esperamos, com isso, não apenas trazer para o centro das discussões políticas contemporâneas o pensamento de Arendt e Weil sob uma chave de leitura ainda insuficientemente explorada nas discussões filosóficas brasileiras, a do impolítico, mas também lançar luz sobre o pensamento crítico italiano, que muito se nutre dos textos dessas duas autoras. O ponto central do trabalho consiste na crítica impolítica da representação, algo que Esposito extrai tanto da filosofia de Arendt quanto da filosofia de Weil, recorrendo, respectivamente, à ideia de pluralidade e à ideia de impessoal. Trata-se, como deixaremos explícito, de uma leitura que não pretende comparar empreendimentos filosóficos, que por si só são incomensuráveis. Antes, a proposta consiste em ler Arendt e Weil a partir da imagem que aparece de modo reiterado na obra de Esposito de um “espelho invertido”, de uma “convergência divergente”, de uma “distância incalculável”, porém detentora de uma “simetria insistente”. São utilizados, no caso de Arendt, trechos de *Origens do totalitarismo* e de *A condição humana*, mas também serão feitas menções à elementos da trilogia *A vida do espírito*. No caso de Weil a atenção se voltará muito mais aos *Escritos de Londres*, que marcam, de uma só vez, o momento tanto mais místico quanto impolítico de Weil.

Palavras-chave: Impolítico; Representação; Pessoa; Vontade.

MULHERES FILÓSOFAS: QUEM SÃO?

Betânia de Assis Reis Matta

Mestra em Ciências Humanas pela PPGICH/UEA

betaniamatta@hotmail.com

Patrícia Torme de Oliveira

Mestra em Ciências Humanas pela PPGICH/UEA

patriciacancio@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho é um ensaio de ideias que busca refletir acerca do papel feminino na produção de conhecimentos filosóficos pautado em uma perspectiva decolonial, e que possui como linha de análise a educação libertadora, conjecturando sobre os discursos sociais contemporâneos. A importância desta temática se justifica pela necessidade de compreender as influências de uma mentalidade colonizadora, que, por vezes, silenciou, censurou e desvalorizou o conhecimento produzido pelas mulheres ao longo da história. É comum estudarmos durante a trajetória acadêmica vários filósofos homens, tais como Sócrates, Platão, Aristóteles, Descartes, Locke, dentre outros. Mas e sobre as filósofas? A resposta é simples, como bem destaca Marcia Tiburi, as mulheres adentraram na filosofia pela porta dos fundos. Esse pensamento se reflete no dito popular “atrás de um grande homem há sempre uma grande mulher”, reforçando o entendimento de que as mulheres sempre estiveram invisíveis na sociedade. Desse modo, é imprescindível valorizarmos o som das vozes femininas que surgiram no final do século XX, início de século XXI que muito contribuíram para uma análise mais profunda da condição feminina em questões filosóficas. Nesse sentido, realço Simone de Beauvoir (1908-1986), escritora e filósofa francesa, que se destacou nos estudos feministas. No cenário nacional temos Lélia Gonzalez (1935- 1994), Marcia Tiburi, Djamila Ribeiro, Olgária Mato, Marilena Chauí, entre outras que se destacaram mesmo diante de um universo, predominantemente, masculino. Nesse contexto, ratificarmos a necessidade de democratização dos espaços universitários, nos pautando no discurso promovido por bell hooks (2017), quando argumenta que as universidades, mesmo tendo como premissa a busca pela verdade, perdem seu caráter emancipatório à medida que reproduzem conhecimentos que servem, majoritariamente, a uma elite acadêmica; ao promoverem a hierarquização do saber, pautado no paradigma da ciência moderna; ao desqualificarem debates relacionados a questões sociais concretas, como: racismo, desigualdade, preconceito, dominação, segregação racial, poder. Diante do exposto, frisamos que não há como modificar o passado de invisibilidade dessas filósofas, todavia, podemos ressignificar o presente, sobretudo, o futuro ao fazê-las visíveis. Isso é fundamental para que possamos atender as necessidades daquelas que, atualmente, se dedicam à filosofia, para que ao adentrarem em cursos dessa área não se sintam excluídas, achando que a filosofia é feita por homens e para homens. Para a pesquisa, a metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica, tendo como *corpus* de análise artigos científicos e livros. Os materiais pesquisados fazem referência aos estudos decoloniais e ao legado do Movimento Intelectual Feminista. Por fim, entendemos que é um desafio refletir e analisar sobre questões femininas diante da complexidade do tema. Todavia, este trabalho dispõe-se a dar visibilidade ao protagonismo filosófico feminino, contrapondo-se à hierarquização de saberes que privilegia a epistemologia masculinizada do conhecimento.

PALAVRAS CHAVES: Filósofas; Pensamento Decolonial; Movimento Feminista.

CONTRIBUIÇÕES DE ARENDT PARA A POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE COLETIVA

Carlos Meister Arenhart

Doutorando em Saúde Coletiva pela UEL

carlosmeistera@gmail.com

Joamara de Oliveira Pimentel

Doutoranda em Saúde Coletiva pela UEL

joamarauel@hotmail.com

Resumo: A Saúde Coletiva brasileira passa por uma crise jamais vista no sistema de proteção social em saúde do país, causada principalmente pelos impactos da pandemia de Covid-19 e pelo descontrole no comando único da Política, Planejamento e Gestão (PPG) no Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo deste trabalho é descrever possíveis contribuições do pensamento de Arendt para o campo da Saúde Coletiva brasileira. Arendt afirma que o ato de compreender é infundável e que este não pode gerar resultados definitivos para a ciência e para a filosofia. Assinala que a compreensão está intrinsecamente relacionada ao conhecimento, pois confere significado a ele. Lembra ainda que a compreensão precisa acompanhar o enfrentamento aos regimes totalitários para lembrar que se trata de uma batalha pela liberdade e não apenas pela sobrevivência. Nesta reflexão inicial, pode-se relacionar tais aspectos do pensamento de Arendt ao caos sócio sanitário que o Brasil enfrenta atualmente na pandemia causada pela Covid-19. No cenário atual, em que já há prevenção primária para a doença, vemos o número de mortes e internações hospitalares impactarem o sistema público de saúde do país. Há um descontrole governamental intencional nas práticas e ações de combate à pandemia, não há uma efetiva política de rastreamento de contatos nos municípios e não há plano nacional de imunização claro e potente. Nesta profundidade reflexiva e em matéria da PPG brasileira, é fácil notar os agrupamentos de poder dos humanos quando juntos articulam a construção de novas realidades. Exemplo recente pode ser exemplificado com as Emendas Constitucionais 186 e 188. A emenda 186 revoga, de certo modo, os fundos financeiros de todas as áreas, incluindo o financiamento do SUS. Nesse sentido, o ajuste fiscal é necessário em alguns casos, não em nossa análise no caso do sistema público de saúde brasileiro, historicamente subfinanciado e precarizado visceralmente. Já a emenda 188, desvincula o financiamento do SUS brasileiro, o que fortalecerá a universalização do mal-estar na sociedade brasileira. Para considerações finais deste trabalho, pode-se dizer que, de certo modo, o terror, como essência do agir totalitário presente no Estado brasileiro atual, altera o modo de comunicação entre as pessoas e vem se configurando como fundamental para aniquilar o pensar e agir do povo brasileiro. Para Arendt, a liberdade do ser humano está intimamente ligada ao agir político e o totalitarismo se opõe à liberdade drasticamente e, por isso, dominar completamente a vida das pessoas é um dos principais objetivos da essência totalitária.

Palavras-chave: Saúde Coletiva; Hannah Arendt; Políticas de Saúde.

HANNAH ARENDT DIANTE DA POSSIBILIDADE DE UM MUNDO VIRTUAL

Cristiane Roberta Xavier Candido

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em

Filosofia na linha Ética e Filosofia Política

PPGFIL UNIOESTE

cristiane.xcandido@gmail.com

Resumo: : Este trabalho tem o objetivo de apresentar a possibilidade de compreensão do conceito de “mundo virtual”, bem como as relações humanas que se efetivam neste espaço, tendo como viés filosófico a analítica política de Hannah Arendt. Em um primeiro momento buscar-se-á verificar as questões possíveis que norteiam a compreensão prévia que os homens têm acerca da internet e seus ciberespaços (o “mundo virtual” a que estamos inseridos); posteriormente, por meios das “iluminações” de Arendt, desdobraremos as diferenças entre compreender e conhecer, bem como o quiasmo que se efetiva no paralelo conceitual entre pensar e julgar; e, por fim, será proposta uma análise de como compreender a virtualidade, enquanto estado de constante potência, como dependente do ato para se efetivar (ato este de caráter humano). O tema se justifica na medida em que procura tratar de uma abordagem atual em que se pergunta da possibilidade da efetivação de juízos nesta esfera de virtualidade das relações humanas, além de oferecer reflexões acerca da possibilidade de estabelecermos e assegurarmos o “senso comum” de mundo em um cenário como este em que pessoas são reconhecidamente denominadas como “usuários” cujo acesso só se dá mediante uma senha e um *login*. Afinal, como seria possível ultrapassar essas barreiras virtuais para que os homens sejam e apareçam como tais de modo a garantir a pluralidade e a manutenção da durabilidade do mundo em comum? Por quais maneiras podemos conhecer o “quem” que está por trás do ato na potência da virtualidade e, ainda assim, garantirmos o respeito diante das diferenças? Para responder essa questão e outras que se desenvolvem ao longo da pesquisa, partiremos como critério de resultado, da noção arendtiana da ação como atividade *par excellence* na questão de atribuir responsabilidades e proporcionar compreensão acerca do sentido daquilo que se vive (seja natural ou virtual), de modo a estimular reflexões que permitam, por meio da “imaginação” (premissa kantiana), um outro viés para compreender Arendt diante das tecnologias da comunicação.

Palavras-chave: Ciberespaços; Mundo Virtual; Imaginação; Ação; Hannah Arendt.

UM DIÁLOGO COM HANNAH ARENDT SOBRE O PAPEL DA MULHER NA FILOSOFIA

Daiana dos Santos Silva
Licenciada e Bacharel em Filosofia pela UCSal
Engenheira Civil pela UCSal.
Bacharel em Arquivologia pela UFBA
Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA
sillvadaiana@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa surgiu de uma inquietação acadêmica sobre o papel da mulher nos pensamentos de Hannah Arendt. A autora Arendt deu importância “central” em suas obras à teoria política. Teria esta pensadora ignorando o papel da mulher na filosofia? Esse questionamento se dá devido à filosofia ser um campo predominantemente masculino. Na entrevista de Gunter Gaus, intitulada *Só permanece a Língua Materna*, publicada no livro *A dignidade da política*, Arendt não aceita ser chamada de filósofa e se intitula teórica política. Isso nos faz pensar que Arendt queria trazer para entrevista a discussão sobre o papel da mulher na filosofia, sendo que cada leitor pode fazer diferentes interpretações dessa entrevista, a partir da apresentação do tema que é o papel da mulher na filosofia. O problema de investigação faz com que sejam definidas algumas questões que são norteadoras da pesquisa, tais como: De que forma a biografia de Hannah Arendt pode ser inspiração para outras mulheres? Como as obras de Hannah Arendt e de outras pensadoras contribuem para o conhecimento filosófico? Como a mulher desempenha o seu papel na filosofia? O objetivo geral é compreender o papel da mulher na filosofia sob a ótica do pensamento de Hannah Arendt. Além desse objetivo, acrescentam-se outros objetivos mais específicos, dentre eles: analisar a relevância das obras de Hannah Arendt como mulher para filosofia; identificar em seus textos pensamentos referentes à mulher; discutir a biografia de Hannah Arendt. Essa pesquisa está sendo realizada com o intuito de divulgar obras e conhecimentos produzidos por mulheres na filosofia, além de investigar o pensamento crítico sobre o papel da mulher neste campo, e se este papel tem sido devidamente valorizado ao longo dos anos. O destaque é de Hannah Arendt, como mulher e filósofa, que contribuiu ativamente com o pensamento filosófico. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, onde foi feita uma leitura investigativa das obras: *A condição humana*, *Entre o passado e o futuro*, *A dignidade da política*, dentre outras. Foi lida também a biografia da pensadora Hannah Arendt, escrita por Elizabeth Young-Bruehl e intitulada *Por Amor ao Mundo - A vida e a obra de Hannah Arendt*, a fim de compreender o papel da mulher na filosofia. Por fim, espera-se que esse estudo colabore com as futuras pesquisas sobre o tema, além de contribuir para a divulgação do papel da mulher na filosofia, destacando Hannah Arendt enquanto mulher e pensadora. Os resultados destes estudos serão futuramente publicados.

Palavras-chave: Família; Filosofia; Mulher; Sociedade.

MAPEANDO O DIÁLOGO ENTRE FOUCAULT E FEDERICI EM ARTIGOS QUE ADOTAM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Diane Brunoro Lyra

Graduada e Mestranda pela UFES

dblyra@hotmail.com

Resumo: A tradução para português da obra “Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva” de Silvia Federici, publicada originalmente em inglês em 2004, só ocorreu em 2019 pelo Coletivo Sycorax. Dentre as análises feitas por Federici, este trabalho foca na crítica da autora ao pensamento construído por Michel Foucault em sua obra “História da Sexualidade I — A vontade de saber” publicada originalmente em 1976, e a versão traduzida para o português em 2014, no sentido de que o autor omitiu de sua análise a variante da repressão estatal para adestramento do comportamento das mulheres com o fim de uma produção e reprodução controlada. Ainda, Federici expõe a relação entre o capitalismo e o patriarcado, que resultou em uma repressão e disciplinamento estatal específico sobre as mulheres, sendo as raízes da mulher na sociedade moderna e patriarcal. Percebe-se que Federici analisa a obra de Foucault sobre a perspectiva das especificidades do controle do corpo feminino. Dado o exposto, entende-se que ao discutir sobre gênero e sexualidade, adotando-se como referência o livro de Foucault, artigos feministas devem expor as críticas às lacunas descritas por Silvia Federici. Dessa forma, objetiva-se mapear o campo teórico que investiga contextos sob uma perspectiva de gênero e que utilizam para isso a obra de Foucault, para saber se nas pesquisas é estabelecido um diálogo com as críticas feitas por Federici, com o objetivo de estimular a reflexão sobre a presença de pensamentos de mulheres filósofas em discussões envolvendo gênero. Em razão da tradução da obra de Federici ter sido publicada apenas em 2019, coletaram-se informações da base de dados da Plataforma da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) a partir da combinação das palavras chaves, com recorte de publicações de “artigos” entre 2020 – 2021, “história da sexualidade”, “Foucault” e “perspectiva de gênero”, sendo encontrados 39 artigos; “history of sexuality”, “Foucault” e “gender perspective”, 479 artigos; e, “historia de la sexualidad”, “Foucault” e “perspectiva de género”, 43 artigos. Através de uma análise documental dos trabalhos produzidos e que compõem o CAPES, e de uma verificação da incorporação de diálogos entre Foucault e Federici, parte-se do pressuposto que a mulher e suas especificidades, tanto como parte da história como autora de sua história ainda está em um processo de reconhecimento, inclusive por parte de outras mulheres.

Palavras-chave: Silvia Federici; Calibã e a bruxa; Michel Foucault; História da sexualidade.

**MULHERES NA IMPRENSA E A MÁQUINA DO ÓDIO:
O CASO PATRÍCIA CAMPOS MELLO**

Prof Dr. Fábio Alves Silveira,
Universidade Estadual de Londrina (UEL).
fapoars@hotmail.com

Profa. Me. Amanda Gaion Pedro,
Universidade Pitágoras Unopar (Campus Piza e Catuaí).
amandagaion@gmail.com

Resumo: A jornalista Patrícia Campos Mello foi responsável por um dos principais furos de reportagem na cobertura das eleições presidenciais brasileiras de 2018: ela revelou nas páginas da Folha de S. Paulo um esquema de disparos de centenas de milhões de mensagens pelo aplicativo WhatsApp, muito popular no Brasil, com uma campanha contra o Partido dos Trabalhadores, que polarizou a disputa eleitoral contra o então candidato Jair Bolsonaro (sem partido). A reportagem foi publicada em 18 de outubro de 2018, a menos de duas semanas do segundo turno das eleições, disputado entre Bolsonaro e o petista Fernando Haddad. Segundo a reportagem, os disparos foram contratados por empresários que apoiavam o atual presidente da República. A divulgação da reportagem fez com que Patrícia Campos Mello fosse alvo de ameaças e de uma ampla campanha de difamação contra a jornalista, mesclando elementos de ódio e de misoginia. Mello descreve os ataques no livro “A máquina do ódio”, em que também trata do fenômeno das *fake news*, que surgiu e ganhou força a partir da segunda metade da década passada em todo o mundo. O artigo que apresentamos aqui pretende analisar o caso a partir do relato feito pela jornalista no livro lançado por ela em 2020 e com base nele refletir sobre a presença das mulheres no domínio público, especificamente na atividade jornalística. Para tanto, pretendemos percorrer os conceitos de domínio público e verdade factual e a relação entre mentira, política e totalitarismo, a partir das reflexões de Hannah Arendt. Para avançar numa reflexão sobre as mulheres no domínio público, também se faz necessário pensar em questões relacionadas à misoginia, ao sexismo e ao(s) feminismo(s). A hipótese que apresentamos aqui é de que o tratamento dispensado às mulheres no domínio público é marcado de forma indelével pelo machismo estrutural, traduzido pela prática misógina de tentar desqualificar as mulheres pela sua condição de serem mulheres. O lugar subalterno destinado ao sexo feminino é o núcleo central do patriarcado e o avanço das mulheres em âmbito público e privado, amedronta e enfurece aqueles que ainda perpetuam narrativas de desprezo e ódio contra a emancipação feminina.

Palavras-chave: Fake News; Imprensa; Verdade e política; Misoginia; Mulheres.

A VISIBILIDADE DO PENSAMENTO POLÍTICO E FILOSÓFICO FEMININO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E DO ESPAÇO PÚBLICO

Fabricia Garla Pismel

Pós-graduanda pela UEL

fabriciapismel@hotmail.com

Resumo: Com a realização deste trabalho, pretende-se analisar a importância da visibilidade do pensamento filosófico feminino para a construção do conhecimento e do espaço público, com especial ênfase na filósofa contemporânea Hannah Arendt. Embora muitas mulheres tenham contribuído, desde os tempos antigos, para a construção do pensamento filosófico, o estudo e a divulgação de seus trabalhos e ideias não são amplamente difundidos. Consequentemente, a participação das mulheres no espaço público acaba sendo restringida. Apesar da insuficiência ou até mesmo ausência de reconhecimento, existem grandes expoentes do pensamento crítico nas obras políticas e filosóficas femininas. Entre elas, pode-se destacar a escritora Hannah Arendt, cujos estudos contribuíram significativamente para o pensamento e o conhecimento filosófico, bem como para a análise crítica e a busca da preservação dos direitos inerentes ao ser humano. Em linhas gerais, o trabalho da autora procura analisar e trazer à discussão temas relacionados ao totalitarismo, à cidadania e aos direitos políticos e humanos. Ao investigar e procurar compreender os possíveis motivos que conduziram ao surgimento e ao crescimento dos movimentos totalitários que emergiram durante o século XX, a autora provoca relevante discussão e reflexão acerca do poder, da verdade e da mentira e sobre a importância do espaço público, assim como a relação destes elementos com o totalitarismo e os direitos políticos e humanos. A escritora analisou as questões relativas aos direitos humanos sob uma outra perspectiva, fazendo com que a comunidade acadêmica e internacional se atentasse para a necessidade de proteção do indivíduo pelo Estado como garantia da preservação dos direitos fundamentais, ainda que positivados nas legislações dos países. Em outras palavras, a filósofa demonstrou que a proteção meramente formal conferida pelas declarações de Direitos Humanos e pelas Cartas Magnas dos Estados não é suficiente para a garantia dos direitos inerentes à pessoa humana. A relevância de todo o trabalho realizado pela autora é, pois, evidente, uma vez que aborda conceitos e elementos atemporais, presentes na sociedade e inerentes à própria condição humana. Ainda que notável, a autora sofreu duras críticas e foi severamente questionada por suas obras, em especial após a publicação de seu livro “Eichmann em Jerusalém”. Questiona-se se as críticas e questionamentos advêm do trabalho realizado ou da condição de filósofa mulher. Intenta-se demonstrar, pautando-se no exemplo de Hannah Arendt, que o pensamento filosófico feminino possui extrema relevância e proporciona contribuições imensuráveis para a construção do conhecimento e do espaço público e, no entanto, sua visibilidade é prejudicada e a validade do trabalho realizado é, muitas vezes, contestada devido à própria condição de mulher. Para tanto, far-se-á uso de bibliografias nacionais e internacionais. Pretende-se concluir que a visibilidade e o reconhecimento dos trabalhos elaborados por mulheres, especialmente no campo da filosofia, são extremamente importantes para o desenvolvimento do conhecimento, ao mesmo tempo em que representa a verdadeira construção do espaço público defendida por Arendt, qual seja, um espaço em que as pessoas estejam em condições de igualdade e que permita que cada um possa expressar livremente sua singularidade.

Palavras-chave: Pensamento crítico; Direitos Humanos; Direitos Políticos; Hannah Arendt.

**A VOZ DE HANNAH ARENDT EM UM CONTEXTO SOMBRIO:
NOTAS SOBRE A PLURALIDADE HUMANA**

Flávia Regina Schimanski dos Santos

Mestre em Educação pela UEL

flaviaschimanski@gmail.com

Marta Regina Furlan de Oliveira

Pós-doutora em Educação pela UNESP.

Professora da Universidade Estadual de Londrina

mfurlan@uel.com.br

Resumo: Ocupando um lugar majoritariamente masculino em um contexto opressivo e totalitário como o da Europa do século XX, Hannah Arendt destacou-se na Filosofia. Do mesmo modo que sua intelectualidade expressa nas obras que produziu, a sua vida também se tornou uma leitura interessante em virtude de seus conceitos terem sido elaborados em uma experiência vivida no contexto de destruição dos direitos humanos, sendo judia e presenciando o ápice do antissemitismo e dos horrores causados pelos regimes totalitários. Nesse sentido, este texto propõe discutir as análises de Arendt sobre o totalitarismo, especificamente, a sua proposta de compreender a política como pluralidade humana. Ao analisar o período escuro caracterizado pela ascensão dos regimes totalitários, a autora visualizou a perda da dignidade da política e a perda do próprio significado. O que se via era um governo autoritário, baseado na coerção e na violência, não só física, mas moral. Adolf Hitler em seu regime nazista, selecionou a raça ariana como superior e única digna de participação política. Excluiu aqueles que julgava inferiores, como os negros, homossexuais, judeus e pessoas com deficiência. Não havia deliberações coletivas, portanto, não havia política, já que esta estava descaracterizada. O poder nazista era fruto do medo e da violência e a obediência acontecia pela coerção. Não se tratava de uma autoridade, mas de um autoritarismo violento. Duarte (2001) afirma que a política foi reduzida ao plano da violência, assim, Arendt buscou uma política centrada na ação livre e concentrada de uma pluralidade de agentes e enxergou uma instância privilegiada de repetição política em suas determinações democráticas originárias, greco-romanas. Ao remeter-se a *polis* a pensadora não objetivava usá-la como um modelo, pois reconhecia muitas fragilidades. Mas buscou inspiração, principalmente pela participação na esfera pública e pela linguagem. Arendt (2016) defende que é difícil e enganoso falar sobre política e seus princípios sem recorrer às experiências da Antiguidade greco-romana, porque somente naquele período os homens tiveram responsabilidade pela atividade política e a exerceram com muita consideração e dignidade. Na perspectiva dos helenos, a concepção de política é diretamente relacionada com perspectivas que se direcionam em um sentido exclusivamente público. É nessa direção que a autora entende a política como pluralidade humana. A tradição não podia explicar a crueldade dos fatos, então Arendt (2012) situou a experiência totalitária como uma novidade. Para a autora, o distanciamento desse modelo totalitário de governo requer repensar a história e garantir que o espaço político seja constituído sem abuso de poder e de violência. O sentido político arendtiano é *Politik beruht auf der Pluralität der Menschen*, no português: “a política tem sua base na pluralidade das pessoas”. A vivência em comunidade e em dependência, assim como as trocas com o outro constituem a característica mais autêntica da condição humana. Dessa forma, a política só existe em um espaço totalmente contrário ao contexto dos regimes totalitários, isto é,

com a participação política de todos, sem exclusões; o poder não é unilateral; as deliberações são coletivas e valores como solidariedade e justiça fazem parte do convívio.

Palavras-chave: Totalitarismo; Pluralidade Humana; Hannah Arendt.

**O DIREITO E A JUDICIALIZAÇÃO DE VAGAS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL:
INTERLOCUÇÕES COM HANNAH ARENDT**

Doutoranda Franceila Auer

Universidade Federal do Espírito Santo

auerfranceila@gmail.com

Pós-Doutora Vania Carvalho de Araújo

Universidade Federal do Espírito Santo

vcaraujofes@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo problematizar a judicialização de vagas na educação infantil em tempo integral à luz do direito enquanto fenômeno político. Pesquisa realizada no município de Vitória-ES identifica que quando não há vagas disponíveis para todas as crianças nas creches e pré-escolas em tempo integral, as famílias acionam o Poder Judiciário e o Ministério Público, lançando mão de demandas judiciais e extrajudiciais como artifício para a garantia do acesso à educação, em um cenário de precarização de vagas. A maioria das famílias justifica os pedidos pelas vagas considerando suas condições socioeconômicas precárias e interesses particulares, desejando que seus filhos fiquem o dia inteiro na instituição para que elas assumam postos de trabalho extradomiciliar, o que contribui para a sobrevivência e manutenção da vida. Em um contexto de desigualdades sociais e econômicas, as famílias são submetidas “ao império absoluto de seus corpos, isto é, ao império absoluto da necessidade” (ARENDT, 1963, p. 48). A nosso ver, a judicialização, embora seja um instrumento importante de interpelação ao direito, não necessariamente gera uma dinâmica pública em torno do reconhecimento de tais direitos, pois ela os conduz a partir de demandas privadas. Arendt (1989) analisa o direito sob o ponto de vista da dignidade da política, entendendo que embora a normativa legal seja importante, ela não o assegura, pois o direito existe somente no exercício efetivo de direitos, o que se dá no âmbito de uma comunidade política. Assim, o direito à educação não diz respeito isoladamente às famílias que recorrem ao Sistema de Justiça, pois este é um compromisso (ou ao menos deveria ser) de todos os agentes da sociedade. Não obstante a judicialização ser um fenômeno legitimado pelo Estado Democrático de Direito, é possível inferir que enquanto o direito for reduzido a um fenômeno estreitamente jurídico, a intervenção do Sistema de Justiça em assuntos que se pretendem políticos se persistirá. Embora o direito à educação seja considerado público subjetivo sob o ponto de vista constitucional, ele não é assegurado para todos da mesma forma, já que a judicialização é uma possibilidade restringida apenas às famílias que conhecem as normas jurídicas. Além disso, ao se depararem com as demandas de vagas, promotores de justiça e juízes são encarregados de decidirem quem terá o acesso à educação garantido, desencadeando uma preponderância da força jurídica sobre a política, como se o Sistema de Justiça fosse por si só um espaço público de decisões. Por fim, Arendt (1989) nos inspira a (re) pensar o direito como um atributo da vida em sociedade de modo a romper com formas hierarquizadas de direitos que mais se aproximam do “mérito da necessidade” (TELLES, 1999) do que do seu reconhecimento público e da ética de responsabilidade pelo mundo.

Palavras-chave: Direito e Hannah Arendt; Judicialização; Educação infantil em tempo integral.

**AÇÃO EM HANNAH ARENDT:
UMA LEITURA AFRRORREFERENCIADA**

Francineide Marques da Conceição Santos

Doutoranda em Difusão de Conhecimento

Universidade Federal da Bahia

francineidemarques@gmail.com

Resumo: A proposta deste ensaio é refletir um pouco mais sobre questões que foram por mim trazidas em artigo escrito em 2009 sob o título “O feminismo que ginga: mulheres capoeiristas angoleiras em Salvador dos anos 80.”¹. Naquele trabalho eu considerei tratar-se de uma experiência coletiva que se especificava por ser realizada por mulheres capoeiristas cuja presença nos ambientes de capoeira (majoritariamente masculinos) proporcionou uma *práxis* feminista no sentido de que ao tempo em que se precisava expor o corpo na roda, na prática da capoeira angola, precisava-se, também, da reflexão e autorreflexão sobre a pertença racial e de gênero como modos de empoderamento para exigir-se respeito à condição de mulheres capoeiristas na pequena e na grande roda (Pequena roda diz-se da roda da capoeira, ambiente interno da capoeiragem; grande roda, é como chamamos o mundo, a sociedade, o externo à pequena roda). Se ali, em 2009, eu dei ênfase à história social das mulheres às quais denominei feministas angoleiras (incluindo-me), aqui darei ênfase ao aspecto filosófico ao pensar essa experiência sob o conceito de *Ação* em Hannah Arendt, pois compreendo que houve ali uma insurgência com a participação de mulheres negras no cenário político soteropolitano daí expandindo-se para outras dimensões com a apropriação de um fazer político que chamei de feminismo angoleiro. Esse conceito vem sendo desenvolvido por mim (e por outras angoleiras), inclusive questionando-me o termo *feminismo*, vez que eu mesma já percebo aqui uma possível redundância, porquanto a prática histórica das mulheres angoleiras nos ambientes diaspóricos já se revela uma prática dentro do que se entende como “feminista”. Adoto uma perspectiva epistemológica afrorreferenciada para analisar as minhas memórias e vivências como mulher negra capoeirista feminista angoleira e diálogo com o pensamento de Hannah Arendt, especialmente o seu conceito de ação exposto em “A condição humana”, ciente de que essa filósofa não se autodeclarava feminista. Afrorreferencialidade é um conceito epistemológico que venho desenvolvendo na condição de pesquisadora acadêmica trans/multidisciplinar a partir da possibilidade de pensar o fazer científico e o fazer filosófico desde os conhecimentos africanos e ameríndios que nos foram legados por povos africanos e povos indígenas no intercâmbio forçado decorrente do trânsito diaspórico. Justifico esse estudo na relevância de destacarmos a história do pensamento feminista no Brasil e possíveis diálogos com a filosofia de outras mulheres, no campo da polifonia de discursos como efetivação da pluralidade; da ação como efetivação da política, como disse Arendt.

Palavras-chave: Feminismo angoleiro; Ação em Hannah Arendt; Afrorreferencialidade; Capoeira Angola; Política.

¹ SANTOS, Francineide Marques da Conceição. **O Feminismo que ginga:** mulheres capoeiristas em Salvador dos anos 80. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2009 como requisito para obtenção do grau de Especialista em História Social e Econômica do Brasil na Faculdade São Bento da Bahia. Orientação iniciada com Profa. Dra. Vanilda Salignac e finalizada com Profa. Dra. Katia Trindade.

O PROBLEMA DA FUNDAMENTAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS SEGUNDO HANNAH ARENDT

Gabriela de Freitas

Mestranda - UNESP-Marília.

freitasgabriela56@gmail.com

Resumo: O conceito de pluralidade, amplamente desenvolvido pela autora, é de grande ajuda para compreender o problema no fundamento da concepção de direitos humanos da época. Para a autora, o sujeito só se revela como Homem quando é percebido por outros homens; melhor dizendo, ainda que isolado, o indivíduo permanece sendo homem, porém apenas em contato com outros homens é que estes são capazes de revelar e confirmar sua identidade. Ao agir na esfera pública, o homem não só é percebido como sujeito, como também como algo individual, com suas particularidades e especificidades; desse modo, não faria sentido fundamentar os direitos humanos em uma ideia abstrata e amórfica de homem. Se o homem expressa suas particularidades no público, os direitos humanos devem também, de certa forma, expressá-las. São as relações estabelecidas no espaço público que caracterizam a atividade dignificadora do ser. Apesar de ser declarado como inalienável a elaboração abstrata dos direitos humanos culminou em sua ineficácia. Dessa forma, os direitos humanos passam a ser uma “opção” aos Estados e sua efetivação dependente da soberania do mesmo. Ao ascender ao poder na Alemanha, Adolf Hitler deixou claro que os direitos humanos não eram uma preocupação; mais do que isso, ele delimitou o conceito de humano apenas àqueles considerados arianos, retirando dos demais o status de sujeitos de direito. Primo Levi, judeu italiano sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz, em “É isto um homem? ”, fala a respeito do “muçulmano” (*Muselmann*), termo utilizado nos campos para designar prisioneiros que estavam em grave situação de degradação, sucumbidos pela fome, frio, doenças e exaustão, aqueles dos quais haviam sido suprimidos todo o reconhecimento de direitos. Hannah Arendt mostrou como a relação entre direitos humanos e Estado-nação implicaram no surgimento de categorias de pessoas sem direitos, inserindo-os em primeiro momento como cidadãos de segunda classe (*second-class citizens*) para posteriormente retirar deles toda condição de cidadão (*cf.* ARENDT, 1999). Os apátridas e as minorias haviam perdido, segundo Arendt (*cf.* 1989), os direitos que até então eram tomados como inalienáveis, mais do que isso, “não dispunham de governos que os representassem e protegessem e, por isso, eram forçados a viver ou sob as leis de exceção dos Tratados das Minorias [...] ou sob condições de absoluta ausência da lei”. Esses grupos estavam convencidos de que a perda de direitos nacionais era idêntica à perda de direitos humanos e que a primeira levava à segunda. Em poucas palavras, os tratados das minorias – dos períodos entre guerras – previam que apenas pessoas de mesma origem nacional poderiam dispor de maneira integral de sua cidadania, do contrário – para os outros grupos em geral – vigoravam os tratados de exceção. Quer dizer, como nenhum Estado reclamava esses indivíduos, restava-lhes apenas a exceção, praticamente transformando-os em uma instituição permanente, detentora de suas próprias leis (ainda que, no mais das vezes, ineficazes). Tais direitos supostamente inalienáveis se mostraram incompatíveis com o termo quando surgiam pessoas que não eram cidadãos de algum Estado soberano: perderam não só seus lares, impossibilitados de encontrar um novo lar, mas também toda a tutela jurídica e proteção do governo (*cf.* ARENDT, 1989).

Palavras-chave: Direitos Humanos; Exceção; Minorias; Cidadão; Pluralidade.

A VIVÊNCIA FEMININA NAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA

Gabriela dos Passos Lozinski

Graduanda pela UEL

gabriela.lozinski@gmail.com

Resumo: A compreensão da política se faz como um espaço entre-os-homens, o que significa dizer que a mesma é um local de pluralidade, de vozes a serem ouvidas, de ações múltiplas dentro de um mesmo discurso. Arendt retorna, no livro “A Condição Humana”, no tocante à sua análise histórica, às sociedades da Grécia Antiga na tentativa de encontrar o ponto de partida para a delimitação dos domínios público e privado e, desse modo, iluminar as problemáticas contemporâneas a ele as quais diziam respeito à apatia de humanidade no tocante àquilo que chamou de permanência do mundo, ou seja, ao domínio coletivo como um espaço de pluralidade, de atividade política, de ação. Em contrapartida, observa-se uma dominação dos interesses privados na esfera pública, como se os indivíduos tivessem em plena solidão, se bastando por si próprios. É através dessa solidão mecânica, que a condição humana tem seu espaço político roubado e substituído por uma lógica totalitária de submissão absoluta. Tendo em vista essa ambientação, infere-se esse mesmo processo só que ampliado na vida cotidiana e pública das mulheres. Mulheres que encontram, nas estruturas patriarcais, obstáculos veementes para uma ocupação digna e eficaz no espaço público (e conseqüentemente político), esfacelando sua vivência plural. A esfera privada de Hannah Arendt é o espaço de realização do trabalho, componente da *vida activa* que visa saciar as necessidades vitais e pré-políticas, também caracterizada pela desigualdade vinda da dominação do cidadão sobre trabalhadores, crianças e mulheres. Visto que o ser humano somente pode ser livre se tem suas necessidades biológicas saciadas, essa desigualdade é necessária para que haja liberdade na esfera pública, reservada a cidadãos. De maneira complementar, Virginia Woolf se utiliza de seu texto “Um Teto Todo Seu” para argumentar que a causa da submissão feminina na vida doméstica e seu conseqüente apagamento na memória coletiva é a falta de condições materiais, especificamente por não possuir um espaço particular e recursos financeiros que lhe assegurem uma existência digna. Assim sendo, a condição necessária para que as mulheres se façam plenamente presentes na esfera pública é a libertação da posição de inferioridade que marca sua existência dentro da esfera privada, na qual elas não possuem recursos para satisfazer suas necessidades básicas independentemente. Para integrar o espaço múltiplo que é a política, superando o apagamento histórico, a mulher precisa primeiro ser dona de sua intimidade, de sua vida privada, existindo dentro dela em pé de igualdade e não como um ser subjugado a outro.

Palavras-chave: Memória coletiva; Esfera pública; Esfera privada; Apagamento histórico; Libertação feminina.

SOBRE A CULPA ORGANIZADA

Giovane Rodrigues Jardim

Doutorando pela IFRS – *campus* Erechim

giovane.jardim@erechim.ifrs.edu.br

Resumo: Os anos que sucederam o final do regime nazista implicaram na necessidade de compreender não só as origens desse ofuscamento do âmbito público, mas de examinar a colaboração de indivíduos e grupos, bem como a necessidade de reorganização da vida social e política. Nesse contexto, diversos intelectuais dedicaram-se a pensar a temática da culpa, dentre eles Karl Jaspers, que entre 1945 e 1946 realizou diversas palestras com essa preocupação. Esta investigação, por sua vez, procura delinear o protagonismo de Hannah Arendt em pensar na culpa coletiva como uma culpa organizada. Arendt escreveu em 1945 o texto *Culpa Organizada e Responsabilidade Universal* (2011), no qual é possível encontrar linhas gerais que serão retomadas em seus estudos posteriores, e a sua discussão sobre a “culpa coletiva” no texto *Responsabilidade Pessoal sob a Ditadura* (2004). Se compararmos estes dois textos Arendt, é possível delinear a perspectiva de culpa coletiva como uma organização, que tem por trás de si “condições políticas concretas” e, desta forma, a consideração da “culpa coletiva” como uma falácia onde “todos são culpados ninguém o é”. Nesse sentido, as reflexões de Arendt sobre a distinção entre culpa no âmbito individual e de responsabilidade coletiva – digressão sua com Jaspers – possibilita não somente pensar o período que sucedeu ao fim do regime nazista, mas em suas similitudes, também a refletir sobre os períodos que sucedem as ditaduras no Cone Sul e a construção da perspectiva de culpa coletiva para impossibilitar a imputação individual, seja por leis de anistia que impedem a tramitação de processos e o julgamento de torturadores, seja pela criminalização de movimentos sociais e da resistência civil pelos meios de comunicação de massa. A organização da culpa moral em culpa coletiva impossibilita ainda o perdão em âmbito público e sua interligação com a promessa, podendo assim ser pensada como uma patologia social, em outros termos, uma pós memória no sentido de domínio do passado sobre os assuntos humanos, o que impossibilita o agir enquanto tomada de posição em relação ao passado e ao futuro.

Palavras-chave: Culpa Coletiva; Responsabilidade Coletiva; Filosofia Política; Moral.

OYÈRÓNKÉ OYEWÙMÍ E O FEMININO EM IFÁ

Gisele Rose da Silva

Mestre em Relações Étnico-Raciais

SEEDUC-RJ

rose.gisele@gmail.com

Resumo: O presente Resumo: visa abordar os estudos de corpo e gênero através das inquietações da socióloga nigeriana de origem iorubá Oyèrónké Oyèwùmí, que, nos mostra como a estratificação de gênero na cultura iorubá é um legado colonial ocidental. Dito isto, abordar o feminino dentro do Culto de Ifá, onde o sujeito é iniciado nos segredos da religião, criando um vínculo com o orixá adivinho e testemunha da criação, compreendendo que Ifá é um sistema de conhecimento que foi transmitido de forma oral, estruturado na forma de instituição, sendo um conjunto de procedimentos que facilitam a recuperação de informações sobre todos os aspectos passados, presentes e futuros da vida ioruba, e ocupa um lugar importante na cultura, nas vidas e na imaginação das pessoas, e como tal, investigar o papel de gênero e do domínio masculino nesta venerável instituição é necessário, pois esta é uma das maiores cerimônias iorubas. Cabe destacar que o culto de Ifá foi declarado pela UNESCO como Patrimônio Imaterial da Herança Oral Intangível da Humanidade, na Conferência Mundial de 2005 e proclamado em 2006. A filosofia de Ifá é praticada na África Ocidental, originária da Nigéria, pelos povos iorubás, e também praticada pelos povos iorubás que vivem no antigo Daomé, hoje Benin, no Togo e países circunvizinhos. Com base nos escritos da pensadora Oyèrónké Oyèwùmí, iremos pensar as maneiras pelas quais Ifá foi forjado com gênero, representado como uma instituição de domínio masculino, pois o processo de ocidentalização que também influenciou o continente africano trouxe diferentes formas de opressão, uma das mais destacadas foi a dos “homens” sobre as “mulheres”, com a instituição do patriarcado em diferentes regiões da África. As aspas que colocamos já revela que tais categorias foram criadas de fora para dentro, assim sendo o termo ‘mulheres’ foi criado pela sociedade patriarcal com o objetivo de torná-las o ‘outro’ e conseqüentemente oprimi-las. Ressaltamos aqui que o pronome iorubá não revela o tipo de genitália que o sujeito tem, e apontamos que a invisibilidade feminina entre as posições de babalaôs (que através de uma tradução errônea passou a ser conhecido como o “pai do segredo”, conseqüentemente a palavra babalaô não é generificada como masculina e, na atualidade, o termo é usado para se referir tanto a machos quanto a fêmeas), é uma conseqüência negativa do impacto das religiões no mundo, enfatizando que no mundo ioruba as categorias macho e fêmea são divisões que envolvam valoração social, enfim para as epistemologias africanas e da diáspora, o macho não é regra.

Palavras-chave: Iorubá; Ifá; Babalaô.

LIBERDADE PARA INICIAR ALGO NOVO:
UM CENTRO UNIVERSITÁRIO E UM CURSO DE BACHARELADO
EM DIREITO 100% EAD

Guilherme Fonseca de Oliveira
Mestre em Ciência Jurídica – UENP
Webtutor Assíncrono - FAEL
guilherme.fonseca@uel.br

Resumo: Na obra *A dignidade da política*, mais especificamente no escrito “Será que a política ainda tem de algum modo um sentido”, Hannah Arendt estabelece que o sentido da política é a liberdade, entendida num sentido muito próprio: a liberdade para iniciar algo novo. Essa liberdade para iniciar algo novo, característica dos seres humanos, dota-os da capacidade de operar milagres, já que enquanto puderem agir estarão aptos a realizar o improvável e o imprevisível no mundo. Na esteira da inovação, desse sentido muito particular de liberdade concebido por Arendt, este autor comunica o desafio que a instituição em que trabalha – por intermédio do seu corpo docente e de sua metodologia – supera ao se consolidar como um Centro Universitário 100% EAD e na formulação de um Curso de Bacharelado em Direito também 100% EAD - mesmo ante a resistência histórica da comunidade jurídica e acadêmica em geral à Educação à Distância – ainda que flexibilizada ante a crise da COVID-19. Em meados do ano de 2021, o MEC se manifestou favoravelmente às pretensões da Instituição (FAEL – Faculdade Educacional da Lapa), e deu um voto de confiança para essa tentativa de realizar o que num passado não muito distante seria improvável. O desafio que se impõe agora é o de aprimorar mais e mais as práticas pedagógicas e a metodologia da Instituição de modo a operar o milagre não de reproduzir o modo da educação tradicional, mas de implementar algo totalmente novo e, ao mesmo tempo, totalmente eficaz no sentido de favorecer o processo educacional dos discentes da FAEL. Neste ponto, a perspectiva dada por Arendt para o conceito de ação se mostra relevante: a ação é atividade própria daqueles que se preocupam com o mundo e com o domínio público, é a atividade característica do cidadão. Além de se preocupar com a expansão dos lucros e a dimensão privada de suas atividades, a FAEL se caracteriza por estar presente em locais onde as outras IES não chegam, com polos que não se concentram apenas em grandes metrópoles, mas em todas as regiões do País; com isso, a Instituição contribui de maneira decisiva para a democratização territorial da educação, e leva a mesma educação ofertada em Curitiba para o interior do Amazonas, por exemplo. Ainda, em razão de sua metodologia, a FAEL apresenta um custo bem reduzido para o estudante se comparado à média das concorrentes, o que favorece a inclusão econômico-social da população. Enfim, um dos pilares da Instituição é o valor da Inovação para a Educação, e o substrato teórico fornecido por Arendt tem muito a contribuir para o movimento que vem sendo feito e que se pretende continuar a fazer. Com base nessa orientação e nesse sentido muito especial de liberdade, a missão da FAEL se torna factível: formar pessoas que transformem o mundo.

Palavras-chave: Liberdade; Inovação; FAEL; Hannah Arendt.

A FALTA DE VISIBILIDADE DAS MULHERES NA FILOSOFIA E SUA RELAÇÃO COM A NOÇÃO DE AUTORIDADE EM HANNAH ARENDT

Helen Cristine de Oliveira

Graduada pela UEL

helendeoliveira.adv@gmail.com

Resumo: O presente trabalho visa à reflexão sobre a falta de visibilidade das mulheres na Filosofia a partir da noção de autoridade proposta por Hannah Arendt. De acordo com a filósofa, “a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção”, não devendo, portanto, ser confundida com poder ou violência. Ademais, a autoridade pressupõe uma relação hierárquica, sendo então incompatível com persuasão, que ocorre em uma ordem igualitária. Arendt ensina que a única experiência dessa autoridade na vida pública no mundo ocidental se concretizou no período da República Romana, em que constituía a trindade romana, qual seja: religião, autoridade e tradição, de tal modo que uma não seria possível sem as outras duas. A base da trindade romana estava na fundação, que tinha um caráter sagrado, no sentido de que, nas palavras de Arendt, “uma vez alguma coisa tenha sido fundada, ela permanece obrigatória para todas as gerações futuras”. Nesse princípio da cidade romana, os antepassados acolhidos como “pais” para a Filosofia foram os autores gregos. Com o declínio do Império Romano, sua herança política e espiritual passou à Igreja Católica, que incorporou a Filosofia Grega e amalgamou o conceito político romano de autoridade, mantendo viva a tríade romana e disseminando seus fundamentos pelo mundo ocidental. Destarte, a autoridade e tradição na Filosofia estão baseadas, até os dias atuais, em ensinamentos de homens pertencentes a uma cultura na qual não havia espaço para efetiva participação das mulheres na vida pública. Apesar dos avanços logrados no que tange à inclusão social das mulheres, especialmente nos séculos XX e XXI, resta evidente que a tradição filosófica permanece a mesma, excluindo, portanto, as filósofas, e assim limitando o reconhecimento de sua autoridade nesse campo do conhecimento e, conseqüentemente, sua visibilidade perante a sociedade. A fim de possibilitar tal reflexão, foi realizado o estudo do texto *Que é autoridade?* de Hannah Arendt, a partir do qual se conclui a necessidade do estabelecimento de um novo início para a Filosofia Contemporânea, desenvolvendo então uma tradição da qual as filósofas também façam parte, com o devido reconhecimento de sua autoridade, sendo assim igualmente legitimadas e valorizadas pela autenticidade e importância de seus pensamentos, obras e ensinamentos, como é o caso de Arendt.

Palavras-chave: Arendt; Filosofia; Autoridade; Filósofas.

**AS DISTORÇÕES DAS NOTÍCIAS USADAS PARA A MANUTENÇÃO DA IDEIA DE
UM GOVERNO QUE TRABALHA PARA O BEM-ESTAR DO POVO:
VERDADE E POLÍTICA EM HANNAH ARENDT**

Isabela Alves Lacerda

Mestranda pela Universidade de Lisboa

FLUL/UL – Lisboa, Portugal

lacerda.isabela@campus.ul.pt

Resumo: Neste trabalho, pretende-se compreender como as mentiras deliberadas são uma condição da não política para Hannah Arendt. Identificado pelo pensamento político contemporâneo como novidade singular na história humana, e considerado como exemplo representativo da destruição do político, o fenômeno totalitário provocou polémicas em relação aos termos utilizados no processo da sua compreensão. Arendt defende que o fenômeno do domínio total é uma novidade para a qual a teoria política não encontrara subsídios teóricos adequados para a análise. Assim, o presente trabalho pretende explicitar as diferenças essenciais, segundo Arendt, entre a tirania e o totalitarismo, no intuito de demonstrar como este último, além de destruir a esfera pública, investe também contra a vida privada, radicalizando o fenômeno do isolamento e introduzindo a solidão como experiência radical da existência humana. Portanto, somente na modernidade, a esfera pública se tornou uma função da esfera privada, possibilitando, assim, que a vida e a necessidade ascendessem ao centro da questão política. As mentiras organizadas surgem como uma questão problemática na política contemporânea. A polarização política trouxe consigo as distorções das notícias que são usadas para a manutenção da ideia de que o governo trabalha para o bem-estar do povo. Hannah Arendt teorizou sobre a verdade e a política e as suas implicações no contexto posterior ao julgamento do general nazista Eichmann. As notícias falsas impactam a política contemporânea, de maneira a não ser possível uma diferenciação entre verdade e mentira, a fim de manter o governo despótico, assim como a ascensão da não política. O domínio totalitário repousa na falta de participação política gerada pelo esvaziamento do espaço público, devido à privatização social, e os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na busca pela legitimidade do regime por meio da propaganda. A promessa totalitária de recuperar a autoestima nacional pelo retorno da Alemanha ao cenário europeu é um exemplo do êxito totalitário em penetrar na vida íntima das pessoas e convidá-las a participar do regime através da aceitação passiva. É preciso, pois, deslocar a necessidade do centro da política para repor a liberdade. A maneira de lidar com as questões da vida pública não pode ser a mesma maneira de lidar com as questões da vida privada, visto que a vida privada é guiada pelas necessidades e a vida pública é guiada pela liberdade. Para Arendt, a liberdade é a participação nos assuntos públicos. Segundo a autora, quando conseguimos nos ver livres do desejo de liberdade de opressão damos início à liberdade como modo político de vida. Hannah Arendt critica, ainda, a substituição da singularidade pela massificação dos sujeitos em contexto social. Para a filósofa é indispensável a existência da diferença, da multiplicidade de pessoas, opiniões e origens. De acordo com sua visão, a liberdade não pode ser um instrumento para outros fins: a liberdade é um fim em si mesma.

Palavras-chave: Totalitarismo; Política; Espaço Público e Privado; Liberdade; Verdade

HOMO LABORANS E A POSSIBILIDADE DE AÇÃO SEGUNDO HANNAH ARENDT

Janice Amaral

Pós-graduação em filosofia-mestrado

Universidade do Vale do Rio dos Sinos -Unisinos

janice.amaral@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo investigar A Condição Humana e a possibilidade de ação do *homo laborans* segundo Hannah Arendt. No primeiro capítulo, apresentaremos o contexto biográfico intelectual da filósofa e as motivações para suas investigações. Examinaremos a vida *activa* como condição humana e as três atividades humanas contidas na vida *activa* e como elas imediatamente tornam-se uma condição para a existência humana e como mundo em que transcorre a vida *activa* consiste em coisas produzidas por essas atividades humanas: trabalho, obra e ação. No segundo capítulo, nossa pesquisa investigará o que Arendt entende como a vitória do *homo laborans* em todos os aspectos da vida *activa*, por meio de sua submissão e falta de autonomia, sendo este o problema central do texto. Para isso, analisaremos a crítica de Arendt ao pensamento Marxista e à modernidade, a relação do homem com as máquinas, sociedade de massas e as relações entre consumismo e tempo livre, sendo estas molas propulsoras para a alienação do trabalhador. No terceiro capítulo, pretendemos abordar A ação como possibilidade de liberdade, tendo em vista, o espaço público como espaço de aparição e exposição das ideias e assim se tornando a biografia de seu autor, ao que a autora considera política no sentido originário da palavra. Para isso será necessário distinguir entre esfera pública e esfera privada e apresentar o que Arendt entende por política. O objeto central de análise será a obra *A Condição Humana*, de Hannah Arendt. As obras *Origens do Totalitarismo*, *O que é política?*, *Entre o Passado e o Futuro*, *A Vida do Espírito*, entre outras listadas nas referências bibliográficas serão consultadas para melhor compreensão do pensamento Arendtiano.

Palavras-chave: Trabalho; obra; ação.

BANALIDADE E VIOLÊNCIA EM HANNAH ARENDT

João Marcos Camargo Nalli

Graduando pela UEL

joaomcn@hotmail.com.br

Resumo: Vivemos em uma época de banalidade, banalidade da violência, da morte, onde moral e ética não são mais vistas como meios norteadores, e sim como questionáveis, e até inutilizadas; resumindo vivemos numa banalidade que Hannah Arendt chamaria de banalidade do mal. Ou seja, o mal, está tão presente no dia a dia, que torna argumentos éticos sem propósito, e as diversas formas de violência começam a ser usadas, como se fossem necessárias, ou melhor dizendo, a ética do bom conviver é substituída pela ética da violência. É como se estivéssemos retornando a um tempo selvagem, onde o homem é inimigo do homem, ou nas palavras do filósofo Hobbes diria: “o homem é lobo do homem”. Esse tipo de normatização da banalidade do mal pode ser encontrada em diversas formas e esferas do ambiente social: quando um indivíduo em seu fervor para defender ou criticar algum político, age com tanta ferocidade que abandona a ética e a empatia por seus iguais e ataca quem pense diferente. Esse talvez seja o caso mais clássico da banalidade do mal, o ataque ao diferente, é o que o filósofo contemporâneo Foucault chamaria heterofobia, ou seja, o pavor ao diferente, pois o diferente representa uma ameaça ao estilo de vida e precisa ser temido ou exterminado; foi o que os nazistas fizeram com os judeus e tantos outros declarados inimigos do Estado totalitário e sua política de genocídio. Por isso Hannah Arendt é uma filósofa tão importante para entender vários movimentos de autoritarismo que acontecem pelo globo, o ressurgimento do Talibã no Afeganistão; a volta de movimentos neonazistas na Alemanha; os movimentos ultraconservadores no Brasil, entre outros. Arendt formula a expressão “banalidade do mal” em seu livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre banalidade do mal*; onde ela analisa o caso de Eichmann, oficial nazista encarregado de deportar judeus e inimigos de Estado para campos de concentração durante o Terceiro Reich. Em sua análise, o que ela viu não era um monstro, um assassino sanguinário como muitas pessoas veem os nazistas, mas sim um homem comum, com família, com deveres sociais, um homem banal. Por isso ela cunhou o termo banalidade do mal, pois são pessoas comuns com vidas comuns que acabam usando ações que tem a finalidade de fazer mal a um terceiro, Arendt também cunhou o termo para descrever as pessoas que abandonam a razão e a capacidade de reflexão, assim podemos relacionar a violência com a falta de racionalidade de seus agentes. A banalidade do mal está contida nas ações violentas. Por isso é importante analisar também o livro de Arendt chamada *Da violência* onde poderemos analisar não apenas a banalidade, mas também a violência em suas diversas formas, mostrando aliás o indivíduo não como personificação do mal, mas um homem banal de um sistema ou sociedade em que ele se torna tanto vítima como agressor. Portanto analisar tanto a relação desse indivíduo com esse meio violento, e seu envolvimento com ações violentas.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Banalidade do mal; Violência.

HANNAH ARENDT:
DA IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA

Dr. João Vicente Hadich Ferreira

Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP

joaohadich@uenp.edu.br

Resumo: A política ainda tem algum sentido? Para Hannah Arendt, a resposta é simples e conclusiva: o sentido da política é a liberdade. Contudo, reconhece que essa não é uma resposta natural ou óbvia. É necessário refletir sobre os preconceitos e o lugar comum que colocamos a política, pois, não sabemos nos mover politicamente. Para Arendt, o maior perigo é eliminarmos a coisa política. Se não se pode jogar fora a criança com a água do banho, ao confundir-se o fim da política com a política em si, sua finalidade com a forma como é utilizada, abrimos essa possibilidade quando vemos manifestar-se, para muitos, o desejo do fim da política. À sombra da atmosfera fascista que ainda vivenciamos, do ódio à política, perpetua-se o *estado de exceção* ressaltado por Benjamin, almejando-se a ditadura perfeita e afastando, da percepção do existente, o significado e a importância da política. Contrariamente, Arendt compreende a política contrapondo-a frontalmente à perspectiva fascista e a qualquer pretensão totalitária. A vida política representa resistência e potencial constituição de um *mundo comum, público*, contra o *não mundo* que se propõe pela violência e desfiguração dos existentes. Na experiência grega Arendt encontra a clara distinção entre os domínios do *público* e do *privado*. Compreendendo que habitamos o mundo como homens e que, nesta pluralidade é que o habitamos, ao separarem as coisas da casa – *oikos* – das coisas da vida pública – *koinon* –, os gregos criaram espaços de convivência distintos, as esferas pública e privada. Receberam, assim, uma segunda vida, não natural, representada pelo *bios politikos*. Liberados das necessidades – esfera privada –, podiam dedicar-se aos assuntos humanos – esfera pública –, decidindo os destinos da cidade e da existência. Nascia a política em sua verdadeira significação, o exercício da liberdade que, efetivamente, se realiza na esfera pública. Para Arendt, a liberdade não é aquilo que se convencionou como sendo um problema da vontade do indivíduo, como uma questão de resolução interior ou do *liberum arbitrium*. Essa percepção exigiu o afastamento do mundo e da vida pública. O problema da liberdade, segundo a autora, não surge pela reflexão sobre a questão, mas a partir da experiência entre *ser livre* e *não ser livre*. Aquilo que, para os habitantes da *Pólis*, implicou no surgimento da esfera pública e que permitiu àqueles que estavam liberados de suas necessidades privadas, o pleno exercício da *política*. Por isso, a liberdade para a política é sua *raison d'être*. Só no espaço público, esfera da política, temos a real vivência da liberdade e a possibilidade de agir no mundo, porquanto livres para fazê-lo. Nesta esfera, o que prevalece não é a violência ou a autoridade, mas a igualdade, o *inter homines esse* em que, na pluralidade dos pensamentos, na singularidade dos existentes e na diversidade das existências, encontra-se o *locus* da política, da vida democrática. Se na esfera privada referendamos o *amor à vida*, na vida pública vislumbramos o *amor ao mundo*, pois, na política, o que está em jogo não é o indivíduo, mas a existência dos homens.

Palavras-chave: Fascismo; Política; Esfera pública; Democracia.

HANNAH ARENDT, O ENSINO DE FILOSOFIA E O PROTAGONISMO DAS FILÓSOFAS

Jorge Quintas

Doutorando em Filosofia pela

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

jorgequintas@gmail.com

Resumo: Meu trabalho consiste numa reflexão sobre minha prática como professor de Filosofia do CEFET/RJ e da Rede Estadual do estado do Rio de Janeiro. Foco especialmente na construção do currículo e nas escolhas dos conteúdos e práticas mostrando como esse processo se deu a partir de um equilíbrio entre os aspectos normativos e pragmáticos do ensino. Em primeiro lugar, faço uma comparação entre o currículo do CEFET/RJ e da educação estadual. O primeiro estabelece conteúdos básicos, como Epistemologia no segundo ano, porém parte da autonomia entre professores e campi como seu princípio norteador. No caso da Rede Estadual existe o currículo mínimo que oferece também determinada liberdade na escola dos conteúdos e autores. Apresento depois algumas diferenças básicas no desenvolvimento da disciplina Filosofia no ensino técnico federal e no ensino básico estadual a partir de quatro eixos: espaço da Filosofia na grade curricular, formação prévia do aluno, condição de trabalho e fluxograma do curso. Em segundo lugar, descrevo uma análise diagnóstica que fiz com meus alunos. Pedi a partir de uma redação, desenho ou qualquer forma de expressão que os alunos respondessem à pergunta “quem sou eu”. O resultado mostrou que determinados contextos sociais e discursivos, como o problema da violência urbana e do papel da mulher na sociedade, se colocavam de forma mais urgente pros alunos. Minha proposta pra trabalhar filosoficamente essas e outras questões foi através do uso de técnicas dramáticas (a partir de jogos e mitos) e do desenvolvimento de um currículo centrado nos textos de filósofas, como *Condição Humana* de Hannah Arendt e no tema da mulher como uma questão filosófica fundamental, principalmente a partir da obra *O Segundo Sexo*. Esse processo durou um semestre e culminou na encenação de uma peça chamada *Filósofas*, que conta a história de Hipátia, Rosa Luxemburgo, Hannah Arendt e Simone de Beauvoir. Mostro como essa peça foi uma ferramenta poderosa para inclusão dos alunos com dificuldade de aprendizado, absorção dos conteúdos e dignificação do ensino de Filosofia no colégio. Depois analiso como essa proposta foi executada nas diversas turmas e sistemas de ensino e suas principais vantagens e desvantagens. Por fim, falo sobre o impacto das políticas públicas atuais no ensino de filosofia e como podemos lutar para manter os avanços dos últimos anos diante das mais variadas formas de ataque.

Palavras-chave: Filósofas; Ensino; Política; Resistência.

O DES-FIAR-PENSAR PENELOPIANO ENQUANTO POSSIBILIDADE DE DES-TECNIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA EM HANNAH ARENDT

Me. Lara Emanuele da Luz

PUC/PR

lara.emanuele13@gmail.com

Dr. Eduardo Morello

prof.morelloedu@gmail.com

Resumo: Este texto parte da linguagem metafórica presente em muitos momentos na obra arendtiana. Na obra póstuma *A vida do espírito*, Arendt busca compreender a vida do espírito e as suas atividades – o pensar, a vontade e o julgar – a partir de metáforas. Isso porque, para a filósofa, as metáforas realizam uma espécie de ponte entre o invisível e o visível. Nessa perspectiva, ela compara o tear de Penélope da *Odisseia* com a atividade de pensar. Em seus termos, “o pensamento é como a teia de Penélope: desfaz-se toda manhã o que se terminou de fazer na noite anterior” (ARENDR, p. 107). O objetivo é refletir acerca da atividade de pensar a partir da teia de Penélope enquanto possibilidade de des-tecnificação da existência em um mundo cada vez mais tecnológico. Para tanto, examinamos, primeiramente, a figura de Penélope, a qual revela que a atividade de pensamento não é exclusividade do Homem, mas da pluralidade humana. Contrariamente, há certas interpretações do mito de Penélope, que constroem a imagem de uma mulher obediente e a espera de Ulisses, consideramos que ela, por um lado, desobedece a uma ordem social baseada na ideia de Homem, mediante ao des-fiar de seu pensamento, e, por outro, que a espera não diz respeito a Ulisses, mas, ao fato de que, provavelmente, ela prefere estar em contradição com o mundo todo do que consigo mesma. Trata-se de um “prestar contas” aquela que aguarda ao voltar para casa à maneira socrática. Eis a força do seu des-fiar, eis a força do seu pensar. Em segundo lugar, o des-fiar-pensar penelopiano pode ser entendido também no sentido de “saber fazer” (*téchne/técnica*). Esse “saber fazer” envolve tanto o conhecimento quanto o pensar, de maneira a compreender o que somos capazes de fazer, ou seja, pensar sobre “o que estamos fazendo” (ARENDR, 2010, p. 6). Por outro lado, a moderna tecnologia tende a tornar desnecessário o “saber fazer”, o que pode significar a ruptura entre o conhecimento técnico (em sentido moderno) e o pensar. Desse modo, o Homem por meio da tecnologia torna-se capaz de fazer coisas, sem que seja igualmente capaz de compreendê-las, ou seja, de pensar e falar sobre elas. (ARENDR, 2010, p. 4). Nesse sentido, a “tecnificação da existência” (expressão do seu *Denktagebuch*) acaba por produzir a perda de sentido no mundo. Daí que a atividade de pensar penelopiano-arendtiano pode em certa medida desfazer (limitar) a tecnificação da existência ao passo que busca por significados, sobretudo, acerca daquilo que somos capazes de fazer e do que estamos fazendo.

Palavras-chave: Pensar; Mito de Penélope; Tecnificação da existência; Hannah Arendt.

**O FILÓSOFO COMO *STORYTELLER* E A FILOSOFIA COMO *STORYTELLING*:
PROPOSTAS ARENDTIANAS PARA PENSAR O QUE ESTAMOS FAZENDO**

Lara Rocha
Mestre em Filosofia pela
Universidade Federal do Ceará (UFC)
larafr87@gmail.com

Resumo Como, de acordo com Hannah Arendt, a matéria-prima do pensamento é a experiência, pode-se afirmar que ela também deve ser a gênese da Filosofia. A justificativa para esta afirmação reside no fato de que o movimento de compreender, infindável e dinâmico, impulsiona a reflexão sobre o que desperta o espanto dos homens (o *thaumatzeln* que é também o início do filosofar), além de ser o modo a partir do qual os indivíduos se relacionam com o mundo comum, pensando e ajuizando sobre ele. Partindo da reflexão sobre a importância das experiências humanas para *pensar o que estamos fazendo*, imperativo proposto por Arendt na obra *A condição humana*, a presente conferência dissertará sobre a formulação arendtiana de que o filósofo deve ser um *storyteller* e, por conseguinte, que a filosofia deve ser uma *storytelling*. Isso implica desviar-se da tendência, denunciada por Arendt em seus *Diários Filosóficos*, do tradicional enamoramento da filosofia com a tirania, ou do afastamento dos pensadores profissionais dos assuntos humanos, voltando o exercício de reflexão e compreensão filosóficas para tudo aquilo que os homens vivenciam, partindo do pressuposto de que a ação e a reflexão são potencialidades inerentes a *todos* os homens e que, por isso mesmo, não podem ser consideradas matérias do restrito interesse dos especialistas, mas que concernem, igualmente, a *todos*. Os desastrosos eventos do século XX e a sobrevivência dos elementos prototalitários demonstraram aos pesquisadores da política a inadiabilidade de pensar sem corrimão (*denken ohne geländer*), o que faz com que contar histórias seja um modo de que o pensar e, por conseguinte, também a filosofia, resistam aos períodos de ruptura, nos quais a obscuridade da cena pública e as ideologias vigentes tendem a inviabilizar a livre reflexão. Durante os tempos sombrios, com o presente fragmentado e com o fio de Ariadne que vincula-o ao passado rompido, a relação entre as atividades espirituais do pensamento e do juízo e, por conseguinte, também da filosofia, com a teia das relações humanas, contar histórias e fazer do filosofar um modo de se reconciliar com o mundo comum, posicionando-se com relação aos eventos e convidando o leitor a fazer o mesmo, se fundamentam como as saídas possíveis para a filosofia resistir aos tempos sombrios, como também para superar a conturbada relação entre filosofia e política.

Palavras-chave: Storyteller; Storytelling; Filosofar; Pensamento; Hannah Arendt.

A CIDADE COMO ESPAÇO PÚBLICO? APONTAMENTOS ARENDTIANOS

Doutoranda Larissa Franco de Mello Aquino Pinheiro

Universidade Federal do Espírito Santo

larissafma@gmail.com

Resumo: Este Resumo: tem como propósito problematizar a concepção de cidade como espaço público a partir de Hannah Arendt. O cenário geral da investigação tem como referência a Primeira República no Brasil (1889-1930), onde a legislação revelava em seu conteúdo a preocupação em torno de um reordenamento político e social, com o surgimento das ideias de identidade nacional, que dominaram o país principalmente a partir da passagem para o século XX. A educação, utilizada como estratégia do projeto de civilidade emergente, torna-se um espaço que reforça um sentido de cidade socialmente ordenada. Para Arendt (2002), a *polis* significava uma das mais importantes experiências humanas, onde era possível o exercício pleno da política em busca da preservação do mundo comum formado por um legado de realizações materiais e simbólicas compartilhadas entre gerações (CARVALHO, 2013). Dentro dessa ideia, o agir em concerto era considerada a política instauradora do espaço público como espaço da deliberação conjunta (ARAÚJO, 2019). Devido aos novos modos de viver a cidade ditados pelo ideário de modernidade, incorporados principalmente pelas classes dominantes, antigos costumes e práticas de origem popular e africana que remontavam inclusive o período colonial foram proibidos por não estarem mais de acordo com o projeto civilizador que aportava na cidade. De acordo com Araújo (2011), a cidade como artefato humano se configura a partir da materialidade da vida humana e essa afirmação só faz sentido quando cada sujeito for reconhecido em sua dimensão pública, o que acabava não acontecendo dentro desse contexto. Dito isto, a cidade foi se configurando de forma contraditória, por meio dos quais atravessamentos de ordem social, cultural e econômica produziram diferentes formas de apropriação do espaço público. Para Telles (1999, p. 40) “[...] o espaço público é o espaço do aparecimento e da visibilidade”. Trata-se do espaço no qual a singularidade de cada um é reconhecível e pode ser reconhecida através da ação e do discurso na construção de um bem comum, amparada por uma comunidade política na qual cada um encontra lugar na condução dos negócios públicos (ARENDE, 2019). A partir do sentido de política ancorado no pensamento arendtiano verificamos o esvaziamento do conteúdo público do sentido de cidade marcada por princípios normatizadores da vida social, por uma política como experiência privada para poucos e por profundas desigualdades sociais que não permitiram ou dificultaram a experiência autêntica de participação política.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Cidade; Espaço Público; Participação; Política.

O PARADOXO ENTRE PODER E VIOLÊNCIA:
UMA INTRODUÇÃO À QUESTÃO DA “VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA”
EM HANNAH ARENDT

Larissa Gomes Magrani
Graduada em Licenciatura em Filosofia
Universidade Católica de Petrópolis
larissamagrani20@gmail.com

Resumo A inquietação de Hannah Arendt em se pensar a política como tema filosófico paira em sua vida como um todo. Alemã, judia, mulher, dedica-se às reflexões após ser perseguida e exilada pelo regime nazista e, guiada por pensadores renomados da época, Arendt deu um salto ao se debruçar acerca da filosofia política por intermédio de um olhar genealógico-existencial da questão. Perplexa com uma sociedade permeada por guerras e maldade no mundo, especialmente pela modificação causada no âmbito político, sendo transformado pelos extermínios em massa em um cenário sombrio, ideologicamente instituído e partidariamente cercado pelo terror que o assolara no século XX, a teórica política iniciou um processo de metamorfose interior e exterior, a ponto de refletir e escrever a um público cujo conhecimento girava em torno do senso comum e que conformava-se com o totalitarismo como governo vigente. Arendt, como testemunha ocular do totalitarismo, destinou-se a romper com a desumanização da existência humana, desmistificando a tradição política moderna ao redefinir poder compartilhado e a retirar a função de suma importância da violência, que para ela é causadora de toda e qualquer ruína da esfera pública e da vida ativa. A partir da fenomenologia da ação política, Arendt repensa a etimologia de violência e traz a seguinte questão: poder e violência são conceitualmente distintos, até mesmo antitéticos, mas se relacionam na esfera aparente. Desse modo, surge uma querela nesse paradoxo, que diz respeito à aplicação da violência no seio político unida ao poder, uma vez que o conceito cunhado por Arendt designa violência, somente, ao âmbito apolítico. Diante dessa problemática, pode-se pensar que “o poder e a violência, embora sejam fenômenos distintos, geralmente apresentam-se juntos” (ARENDR, H. *Sobre a violência*, p. 33), correlacionando-se na esfera aparente. Assim, tal poder é ilegítimo e arruinado, necessitando ser restaurado. Pode-se pensar o ato violento como uma ferramenta revolucionária, isto é, instrumento justificável que, ao contrário da violência permanente, seja manuseado limitadamente em prol do restabelecimento do poder legítimo ao possibilitar a chegada dos estrangeiros à pólis, trazendo esperança, novos anseios ao povo e novos interesses públicos. A temática vincular entre poder e violência faz-se presente na sociedade hodierna e as consequências dessa proporção são discutidas, para se valer de resoluções à aparente dicotomia. Se pensarmos acerca da violência, não cessaremos de dizer que ela precisa ser, no mínimo, controlada ou praticada de modo consciente, uma vez que ela é. Quanto ao poderio, para ser eficiente, carece de ser interpretado como *poder de* e não *sobre* ou *para*, para que assim possa ser pilar de uma sociedade onde a violência limitada não necessite se fazer presente nas relações sociais. Discutir a ação política na vida ativa do homem e da mulher é uma proposta necessária na atualidade, já que o ser humano está condicionado aos assuntos públicos. Esta associação encontra-se com o reconhecimento do outro como detentor do poder, isto é, de um poder horizontal, compartilhado e genuíno. Hannah Arendt entende que a política deva voltar-se à liberdade coletiva, negando uma política utilitarista ou massificada.

Palavras-chave: Paradoxo; Poder; Violência; Ação; Política.

**A POLÍTICA PEDE PASSAGEM:
SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA EM ARENDT**

Maria Cecília Pedreira de Almeida

Doutora em Filosofia

Departamento de Filosofia -UnB/Brasil

cecyli.a@gmail.com

Resumo: Diferentemente de outras mulheres de seu tempo, que propunham a afirmação e a valorização da condição feminina, como Simone de Beauvoir, por exemplo, Arendt segue um caminho diferente: para ela o seu gênero não era marcado como uma diferença importante. O fato de ter sempre a sua condição feminina marcada parece ter irritado frequentemente a escritora. De fato, ela foi a primeira mulher convidada a dar uma série de conferências nos seminários de Christian Gauss, em Princeton. Porém, algumas situações e textos mostram que ela não se reconhecia como filósofa e nem como feminista. Neste contexto, o intuito aqui é analisar como a atitude algo refratária de Arendt para com o movimento feminista nascente é perfeitamente coerente com o conjunto de seu pensamento, e ainda, paradoxalmente, que a obra da autora é compatível com a essência do feminismo. Pretende-se empreender três passos que parecem relevantes para o propósito estabelecido. Em primeiro lugar, vale examinar o papel de outras duas mulheres notáveis presentes nos escritos arendtianos: Rahel Varnhagen, a quem Arendt dedicou uma biografia, uma mulher excepcional, de espírito e intelecto brilhantes, judia e senhora dos salões que reuniam a mais alta intelectualidade berlinense do início do século XIX; e Rosa Luxemburgo, a quem Arendt honra com um ensaio, jovem socialista revolucionária que desempenhou papel central para o movimento de esquerda na Alemanha. Em segundo lugar, compreender por que o papel de “mulher excepcional” foi sempre por Arendt recusado; e, por fim, apresentar como a noção de pluralidade e de ação no espaço público são perfeitamente compatíveis com o feminismo. Assim, não se pretende apresentar o que a própria Arendt tinha a dizer sobre o feminismo, até mesmo porque o feminismo na época da autora detinha outro relevo e características distintas do que é hoje. O propósito aqui é apenas esclarecer uma intersecção possível entre a sua obra e uma teoria política feminista.

Palavras-chave: Feminismo; Pluralidade; Filosofia; Ação política.

O NOME DO PAI! UMA REFLEXÃO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DOS NOMES DAS MULHERES NO BRASIL

Maria de Jesus dos Santos
Universidade Federal do Piauí
professoramjs@gmail.com

Resumo No Brasil os nomes das mulheres vêm do pai, do avô, do marido. Quando criança um tipo de interrogação me era comum: qual o seu nome? De quem é filha? Tal questionamento me conduzia ao nome do meu pai. Meu nome não era suficientemente forte para me apresentar como pessoa, minha personalidade não me pertencia, eu era um externo que não conseguia dimensionar; era a filha do Senhor Diomar Ferreira dos Santos que se casou com minha mãe: Adelina Rodrigues de Sousa, em 1963. Ele permaneceu com o nome que constava no seu registro de nascimento, sua identificação não se alterou; Ela, diferentemente, passou a ser Adelina Rodrigues dos Santos, mesmo tendo casado depois do Estatuto da mulher casada, lei 4.121/62, que tornava a substituição optativa. Essa lei não foi assimilada na sociedade brasileira, era válida, mas não era moral. A adoção do sobrenome do marido pela mulher é uma tradição, assim como é recebermos o sobrenome do pai. Fui registrada somente com o sobrenome Santos, do pai, o Rodrigues de Sousa que constava na certidão de nascimento materno fora totalmente invisibilizado. Ainda que se tenham casado por amor, que tenha ocorrido um “encontro de almas”, que justificava culturalmente a substituição do sobrenome, esse apagamento foi arbitrário. Mas esse ato era aquiescido por todos, e é um processo de invisibilidade que se repete até hoje. Muitas mulheres não sabem que estão desobrigadas deste ritual patriarcal. Porém, o mesmo poder que aprisiona, estranhamente tece a liberdade. Nas questões relacionadas ao poder e de gênero há um imbróglgio que liga os regimes de subordinação ao poder, parecendo haver duas faces na mesma moeda. Judith Butler discute esse problema em *A vida psíquica do poder*, no capítulo “Sujeição, resistência, ressignificação: entre Freud e Foucault”, a partir desses autores Ela vai costurando a ideia de que a sujeição é paradoxal, e que, de algum modo, o poder é opressor e externo a nós e, de outro modo, o próprio sujeito depende, para sua formação, do poder ao qual se subordina. Logo, nesse olhar, sujeição é dominação, mas é, também, um tornar-se sujeito; a liberdade é um efeito do poder dominante, capaz de iniciar dismantelamentos no ciclo automático da história. Um signo disso entre nós, é a mudança no ambiente jurídico, a lei e os processos foram forçados a acompanhar a corrida do tempo. Hoje o homem pode adicionar o sobrenome da esposa. E algumas mulheres já conseguiram a retificação de prenome e alteração do marcador de gênero no registro civil para não binária, quando não se reconhece como homem ou mulher, consolidando sua identidade legalmente. Este estudo quer relevar aspectos do poder institucional, patriarcal, e os costumes que estão implicados à invisibilidade das mulheres, a sua singularidade, personalidade, a seus nomes e sobrenomes, independentemente do modo e dos processos que lhes tornaram mulheres.

Palavras-chaves: Nome; Sobrenome; Mulheres.

EU QUERO SER *OUTRA*:

HANNAH ARENDT E A PERSPECTIVA FEMININA DA FILOSOFIA

Msnda. Mariana da Silva Pereira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

mariisd7890@gmail.com

Resumo: : Hannah Arendt, apesar de sua formação em filosofia, sempre se recusou a ser chamada de filósofa e a admitir, como sua ocupação, a “filosofia política”, expressão que procurava evitar por estar sobrecarregada pela tradição. Nada obstante, nos outorgamos o direito de fazê-lo: por que isso acontece? Em uma célebre entrevista concedida a Günter Gaus, indagou-se se Arendt não pensava que, a despeito de seu reconhecimento, o lugar que ocupava no “círculo dos filósofos” era insólito ou incomum pelo fato de ser mulher. Ela replicou que não se sentia “minimamente filósofa” e que sua profissão, por assim dizer, era a “teoria política”. Acrescentou, ainda, que, sem dúvida, a filosofia era uma profissão masculina até aquele momento, mas que um dia poderia perfeitamente existir uma mulher filósofa. Na mesma entrevista, Arendt foi questionada sobre a emancipação das mulheres e se esse era um problema que a ela se colocava, ao que redarguiu que sim, mas que, pessoalmente, para ela, não se tratava de um problema porque sempre fez aquilo que gostava de fazer. Sustentou, ademais, que se orientava segundo critérios que poderiam fazê-lo parecer antiquada, acreditando haver certas ocupações que não convêm às mulheres e posições que elas não deveriam assumir caso quisessem permanecer femininas – dar ordens, por exemplo. Em seguida, interrogada acerca da influência de seu trabalho sobre o grande público, Arendt respondeu que, enquanto trabalhava, não se preocupava com influência nem eficácia. A seu ver, a preocupação em ser “sempre o mais influente possível” era tipicamente masculina; em contrapartida, ela queria “compreender”. A presente proposta apresenta uma reflexão sobre tais posicionamentos de Arendt. Argumenta-se que eles abrem uma possibilidade para repensar o lugar da mulher no fazer filosófico, confrontando um tipo específico de filosofia: aquela que foi estruturada sobre a pretensão de dominar e absolutizar; e na qual, historicamente, foram os homens e a perspectiva “masculina” do filosofar que prevaleceram. A hipótese levantada foi a de que ao rejeitar o título de “filósofa”; ao substituir a ambição de “influenciar” pela de “compreender”; e ao reafirmar sua condição de mulher, atribuindo ao feminino características diversas do masculino; Arendt deixava claro que o que ela queria, na verdade, era ser e permanecer “o outro”, ou melhor, “a outra”, em relação a filosofia tradicional, ampliando e diversificando o espaço do debate filosófico. Seus posicionamentos parecem demarcar uma decisão: a de não se deixar homogeneizar, propondo, ao invés disso, um novo modo de filosofar, capaz de acolher a alteridade em seu seio sem tentar engolfá-la e suprimi-la. Tal desafio já havia sido insinuado por Arendt no ensaio *Filosofia e Política*, quando cogitou uma filosofia política que tivesse como objeto de seu *thaumadzein* a pluralidade humana, que aceitasse o milagre de que Deus não criou o Homem, mas “homem e mulher Ele os criou” e que “não é bom para o homem estar só”. Por essa razão, podemos intitulá-la “filósofa” – porque, longe de abandonar a filosofia, o que Arendt fez foi pluralizar o fazer filosófico, desobstruindo o caminho para uma filosofia *outra*.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia; Perspectiva feminina; Pluralidade; Hannah Arendt.

DUAS MULHERES, DUAS VISÕES COMPLEMENTARES:
A AUTORIDADE NAS PERSPECTIVAS DE HANNAH ARENDT E
MYRIAM REVAULT D'ALLONES

Drnda. Martha Dias da Cruz Leite

Universidade de São Paulo (USP) / Universidade Estadual de Maringá (UEM)

mdcleite@uem.br

Resumo: Hannah Arendt afirma que a autoridade desapareceu no mundo moderno, uma vez que não podemos mais recorrer a experiências autênticas e incontestes de autoridade comuns a todos. Para isso, evoca a noção romana de *auctoritas*, como contexto e origem da palavra autoridade, delimitando sua esfera entre algo que exige obediência, porém, não pode ser confundida com poder ou violência, já que autoridade excluiria, necessariamente, a utilização de meios externos de coerção ou persuasão. Para Arendt, a autoridade é sempre hierárquica e faz referência a direito e legitimidade previamente reconhecidos, e só pode surgir por intermédio de uma relação, algo que ocorre em um espaço *entre-os-homens*, e sempre mediada por instituições. A autoridade não poderia ser imposta, portanto, já que ela emerge da relação de confiança fundada na credibilidade e na crença. Com um legado bem menos estudado no Brasil quando comparada à Hannah Arendt, Myriam Revault D'Allones é especialista em filosofia ética e política, e considerada uma das mais conceituadas pensadoras francesas da atualidade. Ela realiza uma análise fenomenológica da autoridade focada nas instituições e na relação dessas com a durabilidade do mundo público. A partir da trilha de reflexões conceituais sugeridas por Arendt, a filósofa francesa amplia e agrega uma abordagem formalista do conceito - tal como propôs Alexandre Kojève - lapidando, assim, uma análise tanto conceitual quanto formal. Revault d'Allones discorda parcialmente de Arendt ao afirmar que a autoridade não desapareceu do mundo moderno, mas sim, o que teria desaparecido foi um certo conceito de autoridade, aquele que tem a sua instituição na tradição, sendo essa vista como força de um passado inaugural cujo eco confirma e legitima o presente. Desta forma, Revault d'Allones propõe uma perspectiva distinta no trato do tema: a inscrição do conceito de autoridade na estrutura da *generatividade* que sustenta a *duração pública*. Hannah Arendt e Myriam Revault d'Allones possuem em comum uma atenção especial à problemática da capacidade humana de assegurar um mundo comum e o viver juntos, contudo, enquanto Arendt tem como foco a origem do conceito que se consolidou chamar de autoridade no ocidente, Revault d'Allones propõe uma abordagem mais ampla do fenômeno. Pautada na temporalidade compartilhada, Revault d'Allones denomina sua abordagem como *autoridade do tempo*, que orientaria as ações, conferindo-lhes sentidos, porém sem fazer da sua finalidade um enigma resolvido. Operando a partir dessa dupla precedência pela qual a autoridade se autoriza, a *autoridade do tempo* não se fincaria nem na submissão repetitiva do passado (autoridade da tradição), nem em um futuro condenado à previsibilidade realizadora (autoridade do futuro), e sim, uma autoridade que se aumenta com potencialidades inacabadas devidas a uma ligação com um passado vivente e com um futuro imprevisível e de caráter irrealizado. Apesar de apresentarem diferenças conceituais, a proposta de Revault d'Allones não nega as análises de Arendt, mas sim, agrega uma outra possibilidade de tratamento ao tema que permite, juntamente com as importantes considerações da filósofa alemã, ampliar a reflexão e a compreensão do fenômeno da autoridade no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Autoridade; Tempo; Tradição; Mundo comum.

A VIRTUDE FEMININA NA FILOSOFIA

Maryune Zenti

Bacharel em Administração pela UEL

Bacharel em Direito pela UEL

Especialista em Direito Empresarial pela UEL

maryune.zenti4@uel.br

Resumo: Este trabalho é uma análise fenomenológica sobre a virtude feminina na filosofia. O objetivo desta pesquisa é compreender como a virtude feminina através de características inerentes às mulheres, como a intuição, sensibilidade e empatia contribuem para uma análise filosófica da condição humana e definem sua vocação como pessoa, e para tanto se fundamenta na obra de Edith Stein, *Essays on Women* e na obra de Alice von Hildebrand, *Privilege of being a Woman*. Edith Stein destaca que a mulher pode exercer qualquer profissão, e assim como os homens, cada uma possui uma especialidade e talento que lhe confere a capacidade para realizar tal trabalho, ainda cada mulher tem sua vocação, seja no casamento, na ordem religiosa ou em uma profissão secular. Quanto ao modo de compreensão da realidade, Edith Stein descreve que as mulheres compreendem não apenas com o intelecto, mas também com o coração, e nesse sentido, seu *ethos* profissional possui características cruciais como a lealdade e conscienciosidade para a vida profissional que diferenciam quem considera sua profissão como apenas fonte de rendimentos, como um passatempo, ou como uma autêntica vocação. Edith Stein argumenta que mesmo as profissões denominadas especificamente masculinas, poderiam ainda ser praticadas de modo autenticamente feminino, a autora exemplifica que o homem ao visar a forma jurídica mais perfeita na lei, poderia desconsiderar as circunstâncias concretas enquanto que a mulher, se permanecesse fiel à sua natureza, buscaria o caso concreto e ajustaria os meios ao fim. Destarte, a participação das mulheres na vida profissional é vista como um bem para toda a sociedade, privada ou pública, quando o *ethos* feminino é preservado. Assim, para entender a grandeza do privilégio de ser uma mulher, Alice von Hildebrand descreve que ao viver sua vocação as mulheres sucederão em garantir o reconhecimento do valor único da feminilidade, crucial em sua missão no mundo que é o seu poder moral, e dessa forma Edith Stein sugere que o anseio feminino mais profundo é promover o desejo de perfeição nos outros. Deste modo, um escritor francês chamado Vinet afirmou que “*Un peuple vaut ce que valent ses femmes*”, isto é, que o valor de um povo deve medir-se pelo valor de suas mulheres. Portanto, conclui-se, *a priori*, que a virtude feminina na filosofia é expressar seu *ethos* feminino, ou seja, as características únicas que cada uma possui que beneficiam a sociedade e auxiliam o aperfeiçoamento da condição humana em sua plenitude.

Palavras-chave: Natureza feminina; Fenomenologia; Ethos profissional.

O RETROCESSO DO ACESSO AO MUNDO PÚBLICO PARA AS AFGÃS: UM OLHAR ARENDTIANO A PARTIR DE MÜLLER

Mayara Cristina Ducatti

Graduanda em Direito pela UEL

mayara.cristina@uel.br

Dra. Ana Claudia Duarte Pinheiro

Professora de Direito pela UEL

acd@uel.br

Resumo: Por meio do método empírico qualitativo, com espeque na filosofia política de Hannah Arendt, o presente Resumo: busca discutir as questões subliminares que decorrem da sobreposição da esfera pública sob a privada visto o caso concreto que se encontra o Afeganistão com a retorno do Talibã ao governo, após vinte anos e em plena crise sanitária mundial. O grupo extremista se utiliza de argumentos religiosos, os mesmos do passado, para superpor seus interesses em total desprezo ao interesse público. Por intermédio do terror absoluto, exerce um violento controle das esferas pública e privada, dissipando a espontaneidade, consequentemente o agir, e ameaçando a vida de todos que são obrigados a permanecer sob seu jugo, ainda que contrariados. Instalado no governo, o Talibã, em apenas uma semana após a retirada de tropas americanas – o último país a deixar o território afegão – dirimiu a liberdade e os direitos de todos, principalmente das mulheres, embora, por vezes, afirmem o contrário. Este cruel retrocesso das condições humanas causou, sobretudo para as mulheres, perdas inestimáveis. Perderam o trabalho como professoras, funcionárias públicas, profissionais liberais e um quarto de participação no parlamento afegão, assim como tudo o mais que representava a libertação, a igualdade, a felicidade, o que mostra, portanto, a perda de qualquer possibilidade de participação no espaço da aparência. Perderam a possibilidade de verem suas conquistas, provenientes dos últimos vinte anos, respeitadas e temem pela própria vida e das demais, assim como de seus filhos e filhas, maridos ou esposas, pais e mães, sobrinhos e sobrinhas, irmãos e irmãs. Com o fim da dominação talvez elas possam retomar seus lugares na sociedade afegã, recomeçando do zero como se nunca tivessem conquistado liberdade, espaços e direitos, como se nunca tivessem pensado, como se nunca tivessem sido felizes. Muitos estão perdendo as referências. Outro tanto, a própria vida. Para as mulheres que simplesmente perderam seus direitos de forma imediata, cada passo de retrocesso imposto ao país, representa o afastamento dos preceitos mais básicos de sobrevivência, afastando-se da possibilidade de escolhas e da felicidade. Para Hannah Arendt que vivenciou de perto o início do holocausto e viu-se obrigada a emigrar, é importante pensar e resistir. Desde a infância, a despeito dos revezes sofridos, acreditava que a tristeza não deve dominar o pensamento de forma permanente. Tem importante e robusta discussão sobre a perda de direitos e a importância de registrar os acontecimentos para compreender, suportar, resistir e seguir em frente sem perder de foco as próprias origens. Guardadas as proporções, o alcance e a reação do povo, o cenário imposto ao Afeganistão lembra a crueldade do nazismo com os judeus e minorias. O pensamento, portanto, talvez seja a única possibilidade que permita a mulher, esperar, seja o tempo que for, para voltar a experimentar o sentimento de felicidade.

Palavras-chave: Espaço da aparência; Mundo comum; Mulheres; Violência.

MULHERES QUE ESTUDAM MULHERES:
A PERCEPÇÃO DE JUDITH BUTLER SOBRE A ÉTICA DA
CONVIVÊNCIA EM HANNAH ARENDT

Miguel Venâncio Dias Cogo,
Graduando de Direito pela Unioeste
miguelcogo29@gmail.com

Vanessa Furtado Fontana,
Doutora em Filosofia pela UFSC (orientadora)
fontanessa@yahoo.com.br

Resumo: Pode-se escolher com que se convive? A convivência é passível de escolha? Por um lado, pode-se escolher o local onde morar e os ambientes a se frequentar, no entanto, ao poder decidir com quem conviver na terra se estaria, por consequência, decidindo qual porção da humanidade poderia viver e qual deveria morrer. É a partir dessa reflexão que Judith Butler (*Corpos em aliança e a política das ruas*, p. 124) nos aponta o que Hannah Arendt defendia sobre a ética da convivência. Somos obrigados a conviver com aqueles que já existem, escolher que grupos poderiam viver ou não seria uma prática genocida. A convivência é compulsória e uma condição da nossa própria existência enquanto *zoon politikon*. A pluralidade é condição essencial para o desenvolvimento humano, “[...] é o fato de que os homens, e não o homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (*A condição humana*, p. 8). Essa pluralidade é o que faz com que sejamos todos iguais, enquanto humanos, mas não que sejamos iguais a ninguém que viveu, vive ou viverá. A heterogeneidade é uma condição irreversível da vida social, ainda que os indivíduos possam ser divididos em comunidades, enquanto eles estão fazendo parte de algum tipo de conglomerado humano, fazem parte da Terra. Quando Hannah Arendt trata da convivência ela fala não apenas pelos judeus, sua comunidade que sofreu perseguição, mas fala em nome de qualquer comunidade que sofre perseguição. Quando a pluralidade é uma condição para a vida humana em sociedade, então nenhum grupo pode ter seu direito de habitar a Terra negado. O compromisso com o igual direito de habitar a Terra é puramente o compromisso com a igualdade. Butler (*Corpos em aliança e a política das ruas*, p. 128) destaca que, quando confrontada com sua realidade de judia refugiada, Hannah Arendt nunca tentou se provar enquanto membro do “povo escolhido”, mas justamente o contrário. Seu discurso vai pelo caminho oposto, e mostra que ela é parte de um grupo de “não escolhidos”, um grupo que, pelas mais diversas características, seja do credo, da orientação sexual, da etnia, entre outros, teve seu direito de existir posto em risco. E a partir disso, a filósofa avança em sua tese como quem criou uma comunidade mista, para assim mostrar que, por mais plural e distante do pensamento totalitário, todo sujeito que habita esta terra tem direito a ter uma vida vivível.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Judith Butler; Ética da convivência.

ASPÁSIA:**UMA MULHER INVISIBILIZADA NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA ANTIGA**

Esp. Mirella Fernanda Nascimento

Universidade Ceuma/ Universidade Federal do Maranhão

mirellafernanda@gmail.com

Resumo: Aspásia de Mileto foi uma jovem muito talentosa na Filosofia e Retórica. Chegou a Atenas quando tinha por volta de 20 anos de idade na época do governo de Péricles (462 a 429 a. C.). Em Atenas venceu os limites da mulher grega, conseguiu ser uma pessoa de opinião com liberdade para se manifestar. Venceu a xenofobia, mas como qualquer mulher inteligente que já viveu, não escapou do julgamento moral, sendo vista como cortesã. Construiu em sua casa uma escola de retórica, em que abrigava tantas outras mulheres livres e sem arrimo. Dialogava em casa e na rua com os homens, participava de banquetes e simpósios que políticos e demais homens importantes realizavam em suas casas. Em pouco tempo Aspásia já tinha conquistado o respeito de homens célebres, foi professora de figuras como Sócrates, Péricles e Alcebiades. Péricles se apaixonou por sua inteligência e separou-se de sua esposa para ficar com ela, tiveram um filho, mas nunca foi reconhecido como legítimo. Por ser estrangeira, Aspásia não necessitava obedecer às normas de conduta das mulheres atenienses, por isso não era confinada a sua casa e podia opinar na rua. Esse dado relevante foi o que fez de Aspásia talvez a mulher mais importante da história da filosofia ocidental, pois se não fosse ela quem seria Sócrates? Essa mulher ilustre não teve o reconhecimento ao qual merecia, pois graças a ela temos o principal pensador do início do pensamento que construímos até os dias de hoje. Desta forma objetiva-se neste trabalho discutir como Aspásia foi tão invisibilizada em seu trabalho intelectual. Como metodologia se propôs uma revisão bibliográfica, qualitativa e descritiva através da busca de artigos que tratassem sobre o tema. Percebeu-se que embora Aspásia fosse considerada a mulher mais famosa da Idade de Ouro da Atenas, ainda assim pouco se sabe sobre ela. O que se sabe sobre ela é o que filósofos ilustres como Platão falavam e comediantes que se utilizavam do sarcasmo para desmoralizar uma mulher. Conclui-se que Aspásia foi invisibilizada na história da filosofia e que precisamos dar a ela o crédito que merece ter.

Palavras-chave: Aspásia; Filosofia Antiga; Retórica; Invisibilização da mulher.

VERDADE, MEMÓRIA E POLÍTICA NO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT

Mestre e doutoranda Natália Tavares Campos

Universidade Federal de Minas Gerais

natalia.tavares@gmail.com

Resumo: Ao se debruçar sobre os escritos de Hannah Arendt, em especial aqueles publicados até meados da década de 1960, não é raro, tampouco equivocadamente, que o leitor se sirva, sobretudo, do termo "conflito" para descrever e compreender a relação entre verdade e política, tal como a autora parece apresentá-la. Um conflito profundo cuja origem poderia ser remontada ao embate entre a verdade do filósofo e as opiniões dos cidadãos que marcara – e determinara – o julgamento e a condenação de Sócrates. Verdade e opinião, verdade e política, se constituiriam, assim, aparentemente, como lados antagônicos em uma oposição ou tensão cuja conciliação parece, a princípio, se não impossível, pouco provável. Considerando que a verdade, dado que está, por definição, além de qualquer acordo, disputa e consentimento, confrontaria ou se oporia à essência mesma da vida política, ou seja, ao debate, à enunciação das opiniões – o dizer do mundo tal qual este se abre para cada um, de acordo com a posição que nele ocupa –, parecemos estar diante de um de um conflito irresolúvel, irreconciliável. Mas se tal conflito é real e, de fato, marca, em grande medida, o pensamento de Hannah Arendt, ele não esgota, em absoluto, o que a autora tem a nos dizer acerca da relação entre a verdade e a política. Se tomarmos o ensaio que Arendt dedica à questão em *Entre o passado e o futuro*, veremos que há muito ainda a ser dito sobre esta relação, principalmente no que concerne ao papel da verdade – ou de um tipo específico de verdade – na conservação e na preservação do mundo que temos em comum. Mundo sem o qual uma vida plenamente humana – na qual ação e discurso teriam, afinal, lugar – jamais seria possível. Tomando em linha de conta todo este quadro, isto é, a possível existência de um laço – aparentemente improvável –, que uniria, de algum modo, política e verdade, o objetivo desta comunicação é examinar a relação que Arendt parece estabelecer entre a última, como o lugar da memória, e o mundo, buscando compreender, assim, a relevância e a possível “função” desempenhada pela verdade factual no que diz respeito à política. A hipótese a ser apresentada é, assim, a de que haveria, segundo a autora, a despeito do conflito que marca profundamente a relação entre verdade e política, uma verdade, ou um tipo de verdade, que, embora seja, ela também, ameaçada pelo poder, se revelaria, enfim, por mais paradoxal que isso possa parecer, imprescindível para a cidade; uma verdade sem a qual a própria cidade ou o próprio mundo perecem.

Palavras-chave: Arendt; Política; Verdade; Memória; Mundo.

**A PRESENÇA DA MULHER NA FILOSOFIA:
UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE FILOSOFIA NO BRASIL**

Nathália Siqueira Marangoni
Graduanda em Filosofia/UEL
nsiqueiramarangoni@gmail.com

Resumo: O tema desta pesquisa diz respeito à presença da mulher na filosofia. Há na filosofia um grande descaso com o dizer das filósofas; desde a antiguidade, mulheres estão presentes na Filosofia, porém são ocultadas. As ideias das mulheres não foram conservadas e, conseqüentemente, não são ensinadas. Os saberes das mulheres filósofas não têm permanência e reconhecimento, passando a impressão de que a história da filosofia é composta somente de filósofos homens. Em geral, as menções às mulheres nas obras dos homens filósofos são pejorativas, apresentando-as como incompletas e subalternas. O tema é relevante para todas as áreas da vida, visto que mulheres são menosprezadas em todos os lugares, desde meios acadêmicos, até locais de trabalho, inclusive em suas vidas privadas. Pergunta-se pela restrita presença da mulher na filosofia e de que forma as filósofas são apresentadas nos livros didáticos de filosofia no Brasil, principalmente os listados no Guia do Livro Didático do Programa Nacional do Livro Didático – PNLDD – de 2018. Objetiva-se compreender por que os saberes das filósofas não são conservados e ensinados bem como descrever quais e de que maneira as ideias das filósofas são registradas nos livros didáticos. Estabelecemos como hipótese que o não reconhecimento dos saberes das filósofas é um dos motivos que levou ao obscurecimento da presença das mulheres na filosofia; a autoridade das mulheres filósofas não foi respeitada. A pesquisa é bibliográfica e descritiva, com adoção dos métodos de análise teórico-conceitual e pesquisa documental. A análise teórico-conceitual recai sobre o conceito de autoridade de Hannah Arendt, em especial a análise do texto “*Sobre a Violência*” e do ensaio “*Que é autoridade*”, este último presente na obra “*Entre o Passado e o Futuro*”. A pesquisa documental lista todas as filósofas mencionadas na obra *A History of Women Philosophers* de Mary Ellen Waithe e aquelas que estão presentes nos livros didáticos de filosofia no Brasil; estabelecemos uma análise comparativa entre estas duas fontes documentais. Encontramos no conceito de autoridade de Hannah Arendt uma possível resposta para a questão da restrita presença da mulher na filosofia; autoridade significa possuir representação sem dispor de dominação ou algum tipo de poder como dominação; é uma forma genuína de respeito e reconhecimento com o passado. Alcançamos como principais resultados da pesquisa: A confirmação da hipótese de que a restrita presença da mulher na filosofia se produz pela falta de reconhecimento da autoridade dos saberes das mulheres filósofas e, por conseguinte, de transmissão e não conservação desses saberes ao longo da história da filosofia, o que resulta no obscurecimento das mulheres filósofas até hoje. O ocultamento das mulheres na filosofia vai muito além do esquecimento, mas relaciona-se à falta de respeito a sua autoridade, o que contribuiu para a falta de conservação dos dizeres destas mulheres. Inferimos que mulheres não são expostas nos livros didáticos de filosofia no Brasil por falta de reconhecimento e respeito com suas realizações nos campos filosóficos. A desigualdade em relação aos filósofos é imensurável devido ao fato de que mulheres são vistas como inferiores, assim, não houve respeito com elas, em consequência, faltou-lhes representatividade, deixando inexistente a chance de disporem de autoridade. Os livros didáticos retratam as filósofas de modo que reforça diversos estereótipos machistas e apenas um pequeno número de mulheres é encontrado quando comparado a todas as filósofas registradas na pesquisa de Mary Ellen Waithe. Concluímos que as mulheres foram excluídas da tradição filosófica e contribuir para esse resgate

é relatar o ocorrido, entender a sociedade em que vivemos, demonstrar que as mulheres foram abandonadas pela história, e no mínimo, dar mais visibilidade a essas filósofas, registrando o maior número possível de pensadoras nos livros.

Palavras-chave: Mulheres; Presença Filosofia; Filósofas; Livro Didático.

A CONDIÇÃO DO NEGRO –

RACISMO NO BRASIL CENÁRIOS EM MANOEL QUERINO E HANNAH ARENDT:
VISÃO POLÍTICA DO NEGRO NO BRASIL A PARTIR DAS DÉCADAS DE 1900 – 1920.

Oswaldo José da Silva

Doutorando pela PUC-SP (PPG-CS)
kayona@uol.com.br

Resumo: O projeto de pesquisa representa a estrutura esquemática do desenvolvimento da tese acadêmica de doutorado. Tem o objetivo de fazer a relação da concepção política da condição humana elaborada pela cientista política Hannah Arendt (1906 –1975) como fundamento para interpretar a condição do negro no Brasil a partir das décadas de 1900–1920. A construção metodológica vislumbra tomar a análise sobre o texto da *Condição Humana* dentro da estrutura didática que o compõe e estabelecer a reflexão sobre a condição do negro nas esferas pública e privada, labor, trabalho, ação, a *vita activa* e a era moderna; inter-relacionando-os com o pensamento do negro Manuel Querino (1851–1923). A partir deste estudo pretende-se consolidar a concepção política do cidadão negro como agente ativo na formação social política e econômica da nação brasileira. Entende-se aqui, especificamente o pensamento político negro como sendo a manifestação das ideias, das palavras e dos discursos, que possuem como decorrência ações no espaço público, lugar das relações humanas, no processo histórico e nos cenários nos quais, o negro na condição de homem livre, não mais escravizado formal e legalmente, desenvolveu concepções de inserção social lutando contra a exclusão e o preconceito racial. A partir deste estudo se pretende consolidar a concepção política do negro como agente protagonista e construtor da formação social política e econômica da nação brasileira. O objetivo da pesquisa visa estruturar a concepção do pensamento político da condição do negro no Brasil a partir das ideias de Manuel Querino, e relacionar com a estrutura da obra *A Condição Humana* de Hannah Arendt. Ao estabelecer essa relação compreensiva objetiva-se consolidar a visão do negro como protagonista na formação da nação brasileira. Os objetivos específicos pretendem estabelecer um paralelo entre a obra de Arendt sobre *A Condição Humana* e as ideias de Manuel Querino sobre a *Condição do Negro*; analisar na estrutura da obra de Arendt, *A Condição Humana*, e as ideias que podem gerar o amálgama com as concepções teóricas de Manuel Querino consolida-se; a construção de premissas indutivas das ideias de Arendt e Querino, quanto aos aspectos da condição do negro nas esferas pública e privada, labor, trabalho, ação, a *vita activa* e a era moderna; inter-relacionando-as.

Palavras-chave: Cidadania; *Condição Humana*; Negro; Política.

**JUDITH BUTLER E A CRÍTICA À VIOLÊNCIA DE ESTADO:
PERSPECTIVA CRÍTICA, DIALÓGICA E DE APROPRIAÇÃO DO PENSAMENTO DE
HANNAH ARENDT.**

Robério Honorato dos Santos

Mestre em Filosofia

Egresso da Universidade Federal do ABC

roberio_rh@yahoo.com.br

Resumo: Esta comunicação coloca em evidência a figura de duas grandes filósofas, a saber, Judith Butler e Hannah Arendt. Objetiva-se tratar da crítica de Butler à violência de Estado segundo uma perspectiva crítica, dialógica e de apropriação de parte do pensamento de Arendt. O principal argumento é que Butler não apenas se configura como leitora crítica de Arendt, mas dialoga e se apropria de alguns de seus conceitos. Ao discutir a controvérsia de Gershom Scholem em relação à Arendt, em função de suas posições públicas sobre a crítica da fundação do Estado de Israel e em torno da publicação de *Eichmann em Jerusalém* (1963), Butler tece uma crítica ao que ela entende o que seja o lugar de pertença de Hannah Arendt a partir do qual esta discute sua relação frente aos outros. A crítica é de um eurocentrismo de Arendt em relação aos judeus não europeus, circunscrito aos seus escritos de fins da década de 1930. Em diálogo com Arendt, Butler salienta que o apelo arendtiano no sentido de repensar a autoridade federal ou o binacionalismo entre israelenses e palestinos, baseado em princípios de coabitação, objetiva sugerir formas de resolução das questões que envolvem estes povos pela via da não violência. Butler retrança rapidamente a crítica de Arendt ao Estado-nação em função de seu nacionalismo, da sistemática desnacionalização e da incapacidade de assegurar direitos humanos a grupos crescentes de minorias e apátridas. A partir daí, ressalta a ideia de federação tratada por Arendt, na qual, para a filósofa norte-americana, figura como alternativa à soberania do Estado-nação. A ideia de uma federação pressupõe, segundo Arendt, uma cooperação judaico-árabe, cuja estrutura teria como base conselhos comunitários que envolvesse esses povos. Desta forma, a pluralidade daria a tônica dessa ordem política. Assim, a noção de pluralidade passa a desempenhar importante papel no pensamento de Hannah Arendt, bem como exerce influência decisiva para Butler pensar a coabitação não apenas como uma exigência histórica no contexto de Israel e da Palestina, mas inclusive como uma exigência ética. Procura-se, portanto, demonstrar a influência da crítica de Arendt ao Estado-nação sobre a crítica de Butler à violência de Estado, bem como a apropriação do conceito de pluralidade para a noção de coabitação proposta por Butler. Enfim, para Butler, a coabitação constitui-se como uma exigência histórica e ético-política, de modo que, reivindicá-la, inclui, intrinsecamente, a crítica à violência de Estado.

Palavras-chave: Judith Butler; Violência de Estado; Crítica; Diálogo-apropriação; Hannah Arendt.

HANNAH ARENDT:
O PENSAMENTO E O SENTIMENTO RELIGIOSO QUANDO APLICADOS À
IDEOLOGIA POLÍTICA

Robson José Valentino Cruz
Mestrando em Filosofia - UEL
robson.valentinocruz@uel.br

Resumo: Hannah Arendt, filósofa e escritora alemã erradicada nos Estados Unidos, escreveu diversas obras de extrema relevância para diversos campos do saber, como a filosofia e a política. Dentre vários temas abordados por ela, há um específico que é recorrente em diversos de seus trabalhos publicados: a ideologia. Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o pensamento religioso quando este é aplicado à ideologia política a partir da visão de Arendt, a qual nos lembra de ter sido Platão quem pela primeira vez cunhou a palavra “teologia” e a passagem em que a nova palavra é usada ocorre em uma discussão estritamente política, a saber, em *A República*, quando o diálogo trata da fundação de cidades. A autora também aponta que esse novo Deus teológico não é um Deus vivo, nem o Deus dos filósofos, nem tampouco uma divindade pagã, ele é um recurso político, a medida das medidas, isto é, o padrão pelo qual se podem fundar cidades e decretar regras de comportamento para a multidão. Ainda, na teoria platônica das crenças populares, quando aplicado à política, a minoria não pode persuadir a massa da verdade por não ser a verdade objeto de persuasão, e por ser a persuasão a única maneira de lidar com a multidão. Nesse particular, o importante não é convencer a multidão, mas persuadi-la. Assim, segundo a autora, a função das ideologias modernas, ou seja, seu efeito material, é ser de controle e submissão das massas, enquanto a religião, em determinadas sociedade gozou de força política, seu efeito era o mesmo. Concluimos então que Arendt aponta que, em relação à autoridade secular exercida pela igreja, ao contrário do que muitos pensam ter sido o poder secular da igreja característica comum apenas à Idade Média, na verdade foi na era moderna em um momento de secularização da sociedade que pôde servir como instrumento político através das ideologias modernas. Dessa forma, pretendemos mostrar a partir dessa comunicação que a possível utilidade da religião para a autoridade secular só pôde ser notada nas condições de uma completa secularidade da vida pública e política, isto é, no começo de nossa era e na Idade Moderna.

Palavras-chave: Crenças populares; Teologia; Secularismo; Ideologias modernas.

EXPOSIÇÃO E MÉTODO NAS ORIGENS DO TOTALITARISMO

Romildo Gomes Pinheiro
Doutor em Filosofia pela UFPB
romildogp81@yahoo.com.br

Resumo: O problema gira em torno de duas definições do Totalitarismo presentes na obra *Origens do Totalitarismo*, de Hannah Arendt. Na primeira, cujo resumo encontramos no capítulo “Ideologia e Terror – uma nova forma de governo”, Arendt define o Totalitarismo como forma de governo inédita nas sociedades Ocidentais, cujos contornos são dados pelo Terror e a Ideologia. Além do Terror, Nazismo e Estalinismo foram mobilizados pela ideologia da luta de raças e da luta de classes. Contudo, argumentamos que esta definição do Totalitarismo como forma de governo não recobre o alcance conceitual e histórico da obra *As Origens do Totalitarismo*. Com a definição do Totalitarismo como forma de governo, Arendt substitui o antigo capítulo da obra dedicado ao “Totalitarismo Imperialista” da URSS nos países do Leste Europeu e à Revolução Húngara por uma definição do Totalitarismo como uma forma de governo a fim de conferir à obra uma conclusão que apontasse os traços comuns entre os dois regimes. Ora, ao escavarmos a estrutura conceitual e histórica que organiza não somente o livro 3 nos seus capítulos precedentes, mas também o livro 1 e 2, nós podemos constatar que a comparação entre o regime instalado na Rússia e na Alemanha no século XX é precedida de uma importante reconstrução conceitual e histórica da Alemanha e da Rússia que procura apontar os precedentes ideológicos do Nazismo e do Estalinismo. Assim sendo, Arendt modifica de perspectiva em relação ao capítulo IV do livro 3, de modo que é no Racismo que nós encontramos os precedentes ideológicos dos Totalitarismos Contemporâneos. Ora, ao reconstruir no Racismo o tipo de formação ideológica que deu origem ao Nazismo e ao Estalinismo, indexado em seguida no Imperialismo das Nações Continentais como a Rússia e a Alemanha, Arendt inscreve as origens ideológicas do Totalitarismo como uma Reação à Revolução Francesa em contexto de atraso. Isto é, tanto no livro 1, quanto no livro 2 que compõem as *Origens do Totalitarismo*, é possível identificarmos o núcleo metodológico da obra na estrutura comparativa entre França e Alemanha, espécie de sociologia histórico-comparativa na qual Arendt narra as origens do Nazismo e do Stalinismo. Argumentamos que sob esta ótica, Arendt mobiliza implicitamente a ideia de “atraso político”, cuja armação teórica nós podemos encontrar nas reflexões de Marx e Gramsci sobre a “miséria alemã”. A conclusão da pesquisa consiste em demonstrar que para darmos conta de explicarmos as *Origens do Totalitarismo*, devemos recorrer não ao conceito de “forma de governo” que nós encontramos no capítulo IV do livro 3, mas sim à estrutura comparativa entre França e Alemanha, armação conceitual e histórica que opera metodologicamente em diferentes partes da obra. Exemplificaremos com precisão como esta perspectiva opera no livro 1 das OT.

Palavras-chave: Arendt; Totalitarismo; Método; Atraso Histórico.

HANNAH ARENDT E MARY MCCARTHY:

A AMIZADE FEMININA É POSSÍVEL? –

REFLEXÕES SOBRE O ROMANCE *O GRUPO* À LUZ DA FILOSOFIA ARENDTIANA

Profa. Dra. Rosângela Almeida Chaves

Faculdade Católica de Anápolis (FCA)

rosangelachaves12@gmail.com

Resumo: escritora norte-americana Mary McCarthy (1912-1989) e a filósofa Hannah Arendt (1906-1975) foram grandes amigas e, ao longo de décadas, mantiveram uma frequente correspondência, em um diálogo intelectual intenso. As afinidades entre elas eram, de fato, muitas, a começar da trajetória de cada uma. Ambas construíram uma sólida carreira intelectual: Arendt como uma das mais influentes e originais pensadoras do século XX e McCarthy como uma talentosa romancista e ensaísta. As duas participaram ativamente ainda do debate político de sua época e se envolveram em polêmicas, a exemplo do que ocorreu com Arendt e a estrondosa controvérsia em torno do seu livro *Eichmann em Jerusalém* e com McCarthy, a partir da publicação do romance *O grupo*, que foi muito atacado à época do seu lançamento – coincidentemente o ano de 1963, mesmo ano da primeira edição de *Eichmann em Jerusalém* – por críticos como Norman Mailer. No romance, Mary McCarthy acompanha o percurso de oito jovens mulheres no início da década de 1930, provenientes da alta classe-média norte-americana, que estudaram juntas em uma escola de elite, a Vassar. Por meio da trajetória delas, a autora lança um olhar sobre a condição feminina, abordando temas como emancipação sexual, maternidade, casamento, inserção das mulheres no mercado de trabalho, entre outros. O objetivo desta apresentação é fazer uma análise de *O grupo* à luz de alguns conceitos desenvolvidos por Arendt em sua obra e também nas cartas trocadas entre as duas publicadas no volume *Entre amigas – A correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy (1949-1975)*, confrontando as questões exploradas por McCarthy no romance com temas que Arendt desenvolve em *A condição humana* e outros escritos, como a oposição entre o público e o privado, a esfera do social, o amor, a intimidade, com destaque para o significado da amizade. Nesse percurso, tentaremos responder a uma pergunta que emerge da leitura de *O grupo*: em um ambiente de extrema concorrência e hipervalorização do status social como o retratado no romance, é possível cultivar a amizade, em especial a amizade entre mulheres?

Palavras-chave: Filosofia; Literatura; Condição feminina; Amor; Amizade.

ARENDT COADJUVANTE? O EQUÍVOCO DA PSICOLOGIA.

Doutora Simone Dalla Barba Walckoff

<https://amormundipsi.com/>

simone@amormundipsi.com

Resumo: Embora Hannah Arendt seja uma das autoras mais importantes de nossa época, na Psicologia sua aparição ainda é incipiente, estando em geral atrelada como coadjuvante do pensamento heideggeriano ou ainda posta como sua eterna ex-aluna. Tal fato causa estranheza para as estudiosas e os estudiosos do pensamento arendtiano diante de sua inegável liberdade de pensamento e originalidade, bem como da distância teórica e biográfica existente entre Heidegger e Arendt. O trabalho proposto versa sobre uma coletânea de investigações orientadas de 2014 a 2019, período em que fui coordenadora de um grupo de pesquisa na Universidade Católica de Pernambuco, inserido na Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Tal grupo de pesquisa tinha como objetivo compreender as possibilidades das reflexões de Hannah Arendt na prática psicológica, em especial no que diz respeito à questão da ação e mais tarde da vontade, da coautoria e da narrativa. A reflexão para Arendt, esse ato de degelar compreensões, como ela bem coloca, é sempre provocada pela vida vivida e tem em si uma urgência de retornar para ela. Esse é seu sentido, sua destinação. Esse aspecto específico de seu pensamento, absolutamente vinculado à vida vivida, é salutar para a Psicologia. Afinal, nos debruçamos sobre a singularização e esta autora traz o vigor que nos possibilita melhor compreendê-lo por meio do seu entendimento da condição humana e de seus desdobramentos. Uma pensadora política como Arendt, política aqui no sentido de que nossa singularidade é tecida em meio à pluralidade, traz para a Psicologia dimensões inovadoras. Estas dimensões, além de nortear novas compreensões sobre o processo de singularização, também inspiram outros modos de olhar a prática psicológica. Este trabalho se propõe a apresentar as reflexões realizadas acerca de uma Psicologia que vislumbra a singularidade a partir de Hannah Arendt.

Palavras chaves: Hannah Arendt e Psicologia; Singularização e Hannah Arendt; Hannah Arendt.

MISERÁVEL HOMEM QUE SOU

Prof.^a Esp.^a Valéria Garcia Oliani

ETE SECITEC Alta Floresta

valeria-oliani@hotmail.com

Resumo: As Mulheres Filósofas brasileiras enfrentam problemas de visibilidade, como: percentual baixo de filósofas nos livros didáticos e exclusão de oportunidades em bancas examinadoras e eventos. Também, alunas do curso de Filosofia sofrem assédio sexual e moral de professores homens que são acobertados pelos congêneres nos departamentos universitários. Essas alunas tendem a omitir o abuso por medo de retaliação e, algumas, deixam o curso, enfraquecendo ainda mais a representação e visibilidade da Mulher na Filosofia. A filósofa Loiane Verbicaro denomina a conjuntura de ‘epistemicídio’ em que há silenciamento, invisibilização e submissão das filósofas. Diante de tais pareceres, coube responder por que homens de vasto conhecimento arquitetam essa assimetria de gênero? O Brasil é um país democrático de livre pensamento e manifestação. O artigo 5º da CF, inciso I e X, declara que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” e “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”. É possível que sugiram o neoliberalismo como resposta. Porém, se fosse, todos os homens filósofos estariam ‘infectados’, o que não é o caso. Os elementos de ofensa citados não integram apenas o quesito dinheiro. Mas coincidem em atos antidemocráticos em relação à corporeidade de mulheres. Ou seja, as Mulheres Filósofas estão sendo impedidas de serem absolutas na potência de agir. Este trabalho objetivou investigar uma causa para tais condutas masculinas. A metodologia foi composta por referenciais teóricos, tendo como hipótese a força do mal operante em tais práticas ilegais e imorais. Baudrillard, em *A Transparência do Mal*, relatou que o mal “funciona justamente pela aversão pela concupiscência e pela violação... E cede-se a essa chantagem coletiva, a essa injeção sutil de má consciência”. Tomás de Aquino destacou que o coração de cada pessoa pode ruir sob o domínio do mal. Agostinho fala das tentações da carne e do poder que estas operam sobre a vida e o corpo das pessoas; cabe à alma decidir viver pela força da natureza ou pelo poder da Graça. O apóstolo Paulo admitiu “o pecado em mim [...] produziu todo tipo de desejo cobiçoso [...] miserável homem que sou”. Prossegue dizendo que, muitas vezes, ele faz o que não quer fazer por causa do pecado que habita na sua carne. Pondé comenta que o pecado atrapalha o pensamento e a percepção. Os mandamentos bíblicos fazem as pessoas mais inteligentes, trazendo à luz o que foi sonogado pelo niilismo pós-moderno, mais angustiante, que produziu a idolatria de si mesmo (indivíduo) e transformou em mercadoria as relações humanas. Spinoza afirmou que o amor e o bem promovem alegria; o ódio e o mal, a tristeza. Jordan Peterson afirmou que sujeitos ressentidos (presos pelo pecado) podem ser imaturos ou tiranos. Portanto, o mal ou o pecado tem suas consequências tanto no praticante quanto no afetado. Nesse contexto, ressoam nas filósofas.

Palavras-chave: Niilismo; Violação; Pecado; Mandamentos; Alma.

**DEMOCRACIA RADICAL E SISTEMAS DE
CONSELHOS DA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA:
DIÁLOGOS ENTRE HANNAH ARENDT E ROSA LUXEMBURGO**

Victor Frohlich

Mestrando pela FFLCH - USP

frohlichvctr@gmail.com

Resumo: A questão dos sistemas de conselhos como novo paradigma de participação política é uma constante no pensamento e na prática política da contemporaneidade. Este tema foi elaborado teoricamente de forma assertiva por Hannah Arendt, sobretudo a partir das investigações sobre as experiências revolucionárias da idade contemporânea que culminam na obra *Sobre a Revolução* (1963), onde se destaca também um instigante diálogo com o pensamento de Rosa Luxemburgo e, em especial, com as reflexões sobre a Revolução Russa desta última autora. Neste contexto, o diálogo de Arendt com o pensamento de Luxemburgo consegue tanto resgatar sua própria riqueza conceitual quanto realçar aspectos pertinentes da reflexão teórica de Arendt: enquanto a leitura arendtiana das críticas de Luxemburgo ao enfraquecimento das experiências políticas no curso da revolução bolchevique permite uma compreensão aprofundada das notórias reflexões da autora polonesa acerca do papel da espontaneidade nas lutas populares e da ação política enquanto processo formativo, tal leitura também permite compreender de forma mais precisa os motivos pelos quais, para Arendt, os conselhos aparecem como expressão máxima da revolução política moderna — em franca oposição ao regime partidário do Estado contemporâneo — e se inserem em uma reflexão histórica sobre o sentido da *bios politikos* na antiguidade e a perda do espaço público, de participação e ação política na história. Em nosso trabalho, pretendemos analisar alguns elementos destas duas análises sobre os processos revolucionários modernos e, por fim, destacar de forma esquemática dois elementos deste rico diálogo filosófico e político: (i) a importância do pensamento de Luxemburgo para o novo pensamento político almejado por Arendt, que se relaciona com a atitude crítica de Arendt com a tradição do pensamento filosófico e político, destacada em diferentes momentos de sua produção intelectual e sintetizada em sua notória recusa ao título de filósofa em entrevista ao programa *Zur Person* em 1964; (ii) a pertinência do diálogo de Arendt com a obra de Luxemburgo à luz de algumas experiências políticas revolucionárias na contemporaneidade — com destaque para o estabelecimento dos municípios autônomos em Chiapas, região sul do México, pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) na década de 1990 em diante, e a chamada Revolução de Rojava, no território curdo do norte da Síria, que promoveu e continua promovendo a construção de uma estrutura confederada de comunas e municípios independentes do estado sírio desde 2014.

Palavras-chave: Política; Democracia; Participação; Pluralidade; Conselhos.

]

CICLO HANNAH ARENDT

APOIO

